



Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 24, N. 2
Fevereiro/2018

Brasília, março de 2018

MINISTRO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL

Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIOS

Adriano Pereira de Paula
Gildenora Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Jucá Maciel
Priscilla Maria Santana

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Alex Pereira Benício

EQUIPE

Fábio Felipe Dáquilla Prates
Fernando Cardoso Ferraz
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 24, n. 02 (Fevereiro 2018). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior.....	6
Receitas do Governo Central.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	9
Despesas do Governo Central.....	10
Previdência Social.....	13
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Receitas do Governo Central.....	15
Transferências do Tesouro Nacional.....	16
Despesas do Governo Central.....	17
Previdência Social.....	18
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Receitas do Governo Central.....	20
Transferências do Tesouro Nacional.....	21
Despesas do Governo Central.....	22
Previdência Social.....	23

Listá de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	7
Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Acumulado no Ano.....	8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Acumulado no Ano.....	11
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	12

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Acumulado no Ano.....	13
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	14
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	15
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	16
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	17
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior.....	18
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	19
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	20
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	21
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.5 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo- Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	22
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior.....	23

Boxes desta Edição

Boxe 1 – Estimativa da Carga Tributária Bruta do Brasil.....	23
--	----

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central A Preços Correntes

R\$ Milhões - Preços Correntes

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	R\$ Milhões		Variação			R\$ Milhões		Variação		
	Jan-Fev 2017	Jan-Fev 2018	Dife- rença	% Nominal	% Real (IPCA)	Fev 17	Fev 18	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	231.335,6	262.434,8	31.099,2	13,4%	10,3%	93.960,8	106.063,3	12.102,4	12,9%	9,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	43.543,4	47.842,5	4.299,1	9,9%	6,8%	24.960,9	27.884,0	2.923,1	11,7%	8,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	187.792,2	214.592,3	26.800,2	14,3%	11,1%	69.000,0	78.179,3	9.179,3	13,3%	10,2%
IV. DESPESA TOTAL	196.123,9	202.828,9	6.705,0	3,4%	0,6%	95.336,4	97.472,1	2.135,7	2,2%	-0,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-8.331,7	11.763,4	20.095,1	-	-	-26.336,4	-19.292,8	7.043,6	-26,7%	-28,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	18.588,5	40.689,2	22.100,8	118,9%	112,4%	-12.788,4	-4.820,9	7.967,5	-62,3%	4,1%
Previdência Social (RGPS)	-26.920,2	-28.925,8	-2.005,6	7,5%	4,5%	-13.548,0	-14.471,9	-923,8	6,8%	3,9%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,8%	1,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	18.651,8	40.866,3	22.214,5	119,1%	112,6%	-12.863,3	-4.817,0	8.046,3	-62,6%	-
Resultado do Banco Central	-63,3	-177,1	-113,8	179,6%	170,8%	74,9	-3,9	-78,9	-	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-26.920,2	-28.925,8	-2.005,6	7,5%	4,5%	-13.548,0	-14.471,9	-923,8	6,8%	3,9%

Fonte: Tesouro Nacional.

Em fevereiro de 2018, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 19,3 bilhões contra déficit de 26,3 bilhões em fevereiro de 2017. Esta evolução é explicada pela elevação de R\$ 9,2 bilhões (13,3%) na receita líquida, parcialmente compensada pelo aumento da despesa R\$ 2,1 bilhões (2,2%). Em termos reais a receita líquida elevou-se 10,2%, explicado principalmente pelo aumento na arrecadação do PIS/Cofins devido a mudanças recentes na legislação.

Comparativamente ao acumulado até fevereiro de 2017, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 8,3 bilhões em 2017 para superávit de R\$ 11,8 bilhões em 2018. Em termos reais a receita líquida apresentou elevação de 11,1% enquanto a despesa cresceu 0,6%. A elevação da receita é derivada de medidas específicas relacionadas ao PIS/Cofins, do recolhimento do PRT/PERT e à melhora dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação. O crescimento das despesas decorre principalmente da elevação dos Benefícios Previdenciários.

Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

A Preços Constantes de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	238.383,1	262.935,2	24.552,2	10,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	158.423,8	177.470,3	19.046,5	12,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	56.963,9	58.937,8	1.973,9	3,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	22.995,3	26.527,1	3.531,8	15,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	44.845,3	47.906,4	3.061,1	6,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	193.537,8	215.028,9	21.491,1	11,1%
IV. DESPESA TOTAL	202.045,5	203.166,1	1.120,6	0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	84.695,4	87.909,8	3.214,5	3,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	47.494,2	48.274,6	780,4	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	38.401,3	34.744,4	-3.656,9	-9,5%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	31.454,5	32.237,2	782,6	2,5%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-8.507,6	11.862,8	20.370,5	-
Tesouro Nacional e Banco Central	19.223,8	40.834,9	21.611,1	112,4%
Previdência Social (RGPS)	-27.731,4	-28.972,0	-1.240,6	4,5%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	19.289,4	41.012,5	21.723,1	112,6%
Resultado do Banco Central	-65,6	-177,7	-112,1	170,8%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-27.731,4	-28.972,0	-1.240,6	4,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de fevereiro de 2018, comparativamente a 2017, houve melhora de R\$ 20,4 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 8,5 bilhões em 2017 para superávit de R\$ 11,9 bilhões em 2018. Essa melhora no resultado decorreu do crescimento da receita líquida (11,1%) em taxa superior à elevação da despesa total (0,6%).

Sobre o aumento da receita, merece destaque a elevação da arrecadação do PIS/Cofins ocasionada em grande medida pelo aumento das alíquotas sobre combustíveis (Decreto 9.101/17) bem como o desempenho da arrecadação associada aos programas de Parcelamentos da Dívida Ativa, PERT e PRT. Sublinhe-se ainda, que outra fonte de elevação de receita tem sido a recuperação da atividade econômica e de indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação.

Por seu turno, a elevação da despesa primária concentrou-se em benefícios previdenciários sendo parcialmente compensada pela redução observada em outras despesas obrigatórias, com destaque para subsídios e subvenções.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	238.383,1	262.935,2	24.552,2	10,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	158.423,8	177.470,3	19.046,5	12,0%
Imposto de Importação	4.793,6	6.086,6	1.293,0	27,0%
IPI	7.169,8	9.375,4	2.205,6	30,8%
Imposto de Renda	72.462,1	75.418,5	2.956,4	4,1%
IOF	5.869,3	5.887,8	18,5	0,3%
COFINS	35.485,2	42.490,7	7.005,5	19,7%
PIS/PASEP	9.903,3	11.576,3	1.673,0	16,9%
CSLL	19.569,0	20.662,1	1.093,1	5,6%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	955,2	873,7	-81,5	-8,5%
Outras	2.216,3	5.099,2	2.882,9	130,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	56.963,9	58.937,8	1.973,9	3,5%
Urbana	55.807,4	57.505,1	1.697,7	3,0%
Rural	1.156,6	1.432,7	276,1	23,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	22.995,3	26.527,1	3.531,8	15,4%
Concessões e Permissões	457,9	561,4	103,5	22,6%
Dividendos e Participações	67,5	5,4	-62,1	-92,0%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.092,8	2.088,4	-4,4	-0,2%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	7.592,0	9.888,1	2.296,1	30,2%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.908,2	2.142,8	234,6	12,3%
Contribuição do Salário Educação	4.433,1	4.464,9	31,8	0,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	-22,5	-4,6%
Operações com Ativos	188,5	192,9	4,4	2,3%
Demais Receitas	5.768,5	6.718,9	950,4	16,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 24,6 bilhões (10,3%) em relação ao acumulado até fevereiro de 2017. Esse comportamento deveu-se à elevação de R\$ 19,0 bilhões (12,0%) nas receitas administradas pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 2,0 bilhões (3,5%) na arrecadação líquida para o RGPS e com o aumento de R\$ 3,5 bilhões (15,4%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- aumento de R\$ 7,0 bilhões (19,7%) na Cofins e R\$ 1,7 bilhão (16,9%) no PIS/Pasep decorrente do efeito combinado no reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis (Decreto 9.101/17) e aumento do volume de venda de bens;
- elevação de R\$ 3,0 bilhões no imposto de renda, sendo esta determinada pelo aumento na arrecadação de IRPJ (R\$ 1,7 bilhão) e no IRRF (R\$ 2,1 bilhões); e
- aumento de R\$ 2,2 bilhões no IPI influenciado principalmente pelo crescimento de 5,10% na produção

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Brasil - 2017 / 2018

Discriminação	Jan-Fev	
	2017	2018
Banco do Brasil	0,0	0,0
BNB	0,0	0,0
BNDES	0,0	0,0
Caixa	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	3,7	0,0
Petrobras	0,0	0,0
Demais	63,8	5,4
Total	67,5	5,4

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

principalmente, pela elevação de R\$ 2,3 bilhões em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo, em conjunto com o aumento de R\$ 1,0 bilhão em demais receitas não administradas pela RFB.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44.845,3	47.906,4	3.061,1	6,8%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	35.782,6	37.497,4	1.714,8	4,8%
II.2 Fundos Constitucionais	1.457,2	1.435,7	-21,6	-1,5%
Repasso Total	2.328,5	2.489,0	160,5	6,9%
Superávit dos Fundos	-871,2	-1.053,3	-182,1	20,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.643,0	2.682,6	39,6	1,5%
II.4 Compensações Financeiras	4.305,4	5.673,3	1.367,9	31,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	447,3	426,0	-21,2	-4,7%
II.6 Demais	209,7	191,3	-18,3	-8,7%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 3,1 bilhões (6,8%), em relação ao acumulado até fevereiro de 2017, passando de R\$ 44,8 bilhões 2017 para R\$ 47,9 bilhões em 2018. As principais variações no período foram:

- elevação de R\$ 1,7 bilhão (4,8%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE; e
- acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (31,8%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e Compensações Financeiras.

industrial de dezembro de 2017 a janeiro de 2018 em comparação à produção de dezembro de 2016 a janeiro de 2017.

Destaque-se ainda que, para o período, houve elevação de R\$ 8,4 bilhões relativa ao Programa de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação (Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL). O PERT também impactou outras receitas administradas, que apresentou elevação de R\$ 2,9 bilhões (130,1%).

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 3,5 bilhões (24,6%) quando comparadas ao mesmo período de 2017. Essa elevação é explicada,

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017 / 2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	202.045,5	203.166,1	1.120,6	0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	84.695,4	87.909,8	3.214,5	3,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	66.179,4	69.141,2	2.961,9	4,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	18.516,0	18.768,6	252,6	1,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	47.494,2	48.274,6	780,4	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	38.401,3	34.744,4	-3.656,9	-9,5%
Abono e Seguro Desemprego	11.566,3	11.344,1	-222,2	-1,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8.954,9	9.132,1	177,2	2,0%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	-22,5	-4,6%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	175,0	51,3	-123,7	-70,7%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.142,1	1.780,6	-361,4	-16,9%
FUNDEB (Complem. União)	3.643,4	3.889,2	245,8	6,7%
Fundo Constitucional DF	246,9	211,5	-35,4	-14,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	201,9	504,2	302,4	149,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	9.267,2	6.250,2	-3.017,0	-32,6%
FIES	1.000,9	346,1	-654,8	-65,4%
Demais ¹	715,8	770,6	54,9	7,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	31.454,5	32.237,2	782,6	2,5%
Discricionárias Executivo	30.111,2	30.659,8	548,6	1,8%
PAC	1.991,9	1.939,6	-52,3	-2,6%
d/q MCMV	164,6	177,0	12,4	7,5%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
Demais	28.119,3	28.720,2	600,9	2,1%
Discricionárias LEJU/MPU	1.343,3	1.577,3	234,1	17,4%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	40.031,9	40.187,1	155,2	0,4%
Outras Despesas de Custeio	36.974,9	37.092,7	117,8	0,3%
Outras Despesas de Capital	3.057,0	3.094,4	37,4	1,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

A despesa total do Governo Central no acumulado até fevereiro de 2018 atingiu R\$ 203,2 bilhões, 0,6% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 202,0 bilhões.

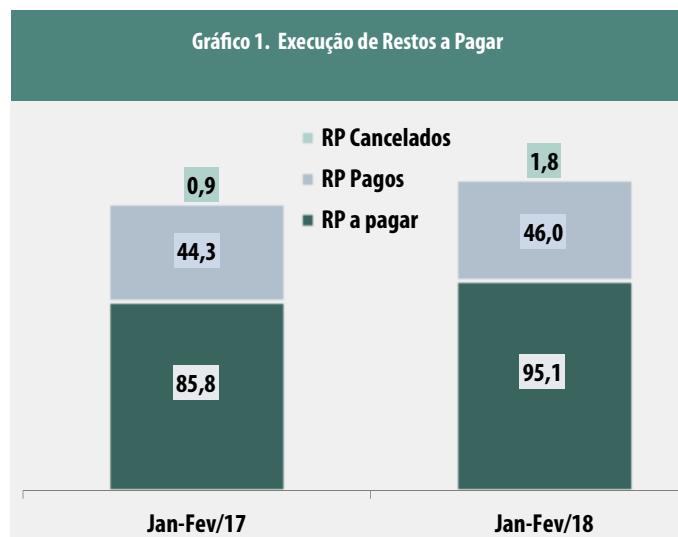
Esse variação se deve ao efeito combinado da elevação em R\$ 3,2 bilhões (3,8%) em Benefícios Previdenciários, R\$ 780,4 milhões (1,6%) em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 782,6 milhões (2,5%) em Despesas Discricionárias, parcialmente compensada pela redução de R\$ 3,7 bilhões (9,5%) em outras despesas obrigatórias.

A diminuição em outras despesas obrigatórias foi particularmente condicionada pela redução de despesas relativas à Subsídios, Subvenções e Proagro (R\$ 3,0 bilhões), que é resultado do processo de racionalização nos gastos com subsídios.

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	28.119,3	28.720,2	600,9	2,1%
Ministério da Saúde	14.100,0	14.710,9	610,9	4,3%
Ministério da Educação	3.838,5	2.959,4	-879,1	-22,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	5.484,7	5.156,3	-328,4	-6,0%
Demais órgãos do Executivo	4.696,1	5.893,6	1.197,5	25,5%

O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até fevereiro de 2018 correspondeu a R\$ 46,0 bilhões, contra R\$ 44,3 bilhões no mesmo período do ano anterior.



R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	4.696,3	3.216,5	-1.479,8	-31,5%
Equalização de custeio agropecuário	1.135,8	610,7	-525,1	-46,2%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.206,3	849,1	-357,1	-29,6%
Política de preços agrícolas	-10,5	81,6	92,1	-
Pronaf	2.130,9	1.490,7	-640,3	-30,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	44,9	173,1	128,3	285,8%
Álcool	26,5	16,4	-10,1	-38,1%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	-15,0	-28,4	-13,4	89,0%
Funcafé	15,6	17,8	2,2	14,1%
Revitaliza	9,5	5,5	-4,1	-42,8%
Proagro	152,3	0,0	-152,3	-100,0%
Outros	4.571,0	3.033,8	-1.537,2	-33,6%
Proex	214,2	176,1	-38,1	-17,8%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.505,1	2.836,7	-1.668,5	-37,0%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,3	3,4	0,1	4,1%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-65,6	0,0	65,6	-100,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	24,7	22,3	-2,4	-9,8%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-3,0	-3,0	-
PNAFE	-110,8	-1,6	109,1	-98,5%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
Total	9.267,2	6.250,2	-3.017,0	-32,6%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Comparando os valores acumulados de fevereiro de 2018 com o mesmo período de 2017, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 27,7 bilhões para R\$ 29,0 bilhões (4,5%) a preços de fevereiro de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 3,2 bilhões (3,8%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à elevação de 578,7 mil (2,0%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 6,46 (0,5%); e
- elevação real de R\$ 2,0 bilhões (3,0%) na arrecadação líquida, explicada pela elevação da contribuição previdenciária (R\$ 1,8 bilhões, 3,1%) e pelo aumento na arrecadação referente ao simples (R\$ 657,8 bilhões, 10,2%), parcialmente compensadas pela redução de 361,4 bilhões (16,9%) na compensação do RGPS. Contribuiu para a elevação da contribuição previdenciária o crescimento real de 0,98% da massa salarial habitual de dezembro de 2017 a janeiro de 2018, em relação a igual período do ano anterior.

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	56.963,9	58.937,8	1.973,9	3,5%
Arrecadação Bruta	65.708,2	67.730,9	2.022,7	3,1%
Contribuição Previdenciária	56.827,8	58.582,9	1.755,1	3,1%
Simples/Nacional/PAES	6.441,2	7.099,0	657,8	10,2%
Refis	53,0	19,4	-33,6	-63,4%
Depósitos Judiciais	244,1	249,0	4,9	2,0%
Compensação RGPS	2.142,1	1.780,6	-361,4	-16,9%
(-) Restituição/Devolução	-61,7	-75,4	-13,8	22,3%
(-) Transferências a Terceiros	-8.682,6	-8.717,7	-35,0	0,4%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	84.695,4	87.909,8	3.214,5	3,8%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-27.731,4	-28.972,0	-1.240,6	4,5%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 1.10 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

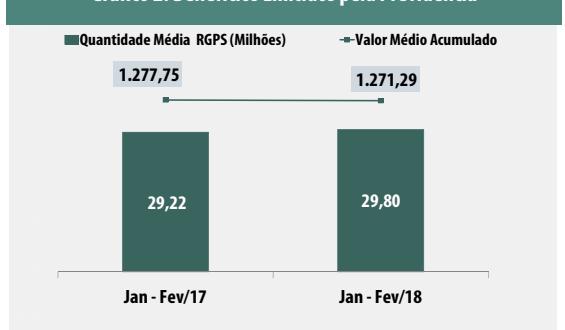
Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	56.963,9	58.937,8	1.973,9	3,5%
Urbano	55.807,4	57.505,1	1.697,7	3,0%
Rural	1.156,6	1.432,7	276,1	23,9%
BENEFÍCIOS	84.695,4	87.909,8	3.214,5	3,8%
Urbano	66.179,4	69.141,2	2.961,9	4,5%
Rural	18.516,0	18.768,6	252,6	1,4%
RESULTADO PRIMÁRIO	-27.731,4	-28.972,0	-1.240,6	4,5%
Urbano	-10.372,0	-11.636,2	-1.264,2	12,2%
Rural	-17.359,4	-17.335,9	23,5	-0,1%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Gráfico 2. Benefícios Emitidos pela Previdência



Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Fevereiro de 2018 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	96.633,9	106.063,3	9.429,3	9,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	58.607,8	67.269,8	8.662,0	14,8%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.210,0	29.933,0	723,0	2,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.816,1	8.860,5	44,4	0,5%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	25.671,0	27.884,0	2.213,0	8,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	70.963,0	78.179,3	7.216,3	10,2%
IV. DESPESA TOTAL	98.048,6	97.472,1	-576,6	-0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.143,5	44.404,8	1.261,4	2,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.509,4	22.577,8	68,4	0,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.442,9	13.533,1	90,2	0,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.952,9	16.956,4	-1.996,5	-10,5%
V FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-27.085,7	-19.292,8	7.792,9	-28,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	-13.152,2	-4.820,9	8.331,3	-63,3%
Previdência Social (RGPS)	-13.933,5	-14.471,9	-538,4	3,9%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-13.229,2	-4.817,0	8.412,3	-63,6%
Resultado do Banco Central	77,1	-3,9	-81,0	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-13.933,5	-14.471,9	-538,4	3,9%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de Fevereiro de 2018 , o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 27,1 bilhões em Fevereiro de 2017 para um déficit de R\$ 19,3 bilhões no mesmo mês de 2018, o que representou aumento de R\$ 7,8 bilhões (28,8%). Essa variação decorreu do aumento da receita líquida em R\$ 7,2 bilhões (10,2%) somada à diminuição de R\$ 576,6 milhões (0,6%) da despesa total.

Sobre o aumento da receita, destaque-se aumentos na arrecadação do PIS/COFINS devidos a mudanças recentes na legislação e recolhimentos do PERT/PRT. Com relação à redução da despesa, destaque para a redução de R\$ 2,1 bilhões nas despesas discricionárias do Poder Executivo.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	96.633,9	106.063,3	9.429,3	9,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	58.607,8	67.269,8	8.662,0	14,8%
Imposto de Importação	2.115,8	2.833,6	717,8	33,9%
IPI	3.312,4	4.089,2	776,8	23,5%
Imposto de Renda	24.246,8	25.240,1	993,3	4,1%
IOF	2.897,9	2.909,5	11,6	0,4%
COFINS	16.031,0	18.957,9	2.926,9	18,3%
PIS/PASEP	4.494,0	5.115,3	621,3	13,8%
CSLL	4.635,6	5.443,4	807,8	17,4%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	439,8	413,9	-25,9	-5,9%
Outras	434,4	2.266,8	1.832,4	421,8%
I.2 Incentivos Fiscais	-	-	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.210,0	29.933,0	723,0	2,5%
Urbana	28.657,2	29.246,6	589,4	2,1%
Rural	552,8	686,4	133,6	24,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	8.816,1	8.860,5	44,4	0,5%
Concessões e Permissões	94,7	136,4	41,7	44,0%
Dividendos e Participações	5,3	1,8	-3,6	-67,1%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.034,9	1.059,4	24,5	2,4%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.929,2	2.213,4	284,2	14,7%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	919,1	1.060,5	141,4	15,4%
Contribuição do Salário Educação	1.618,8	1.626,0	7,3	0,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	486,9	-	-486,9	-100,0%
Operações com Ativos	86,8	88,6	1,8	2,1%
Demais Receitas	2.640,4	2.674,4	34,0	1,3%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do governo central apresentou aumento real de R\$ 9,4 bilhões (9,8%), passando de R\$ 96,6 bilhões em Fevereiro de 2016 para R\$ 106,1 bilhões em Fevereiro de 2017. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 8,7 bilhões (14,8%) na receita administrada pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 723 milhões (2,5%) na arrecadação líquida para o RGPS e com o aumento de R\$ 44,4 milhões (0,5%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- aumento de R\$ 2,9 bilhões (18,3%) na COFINS e de R\$ 621,3 milhões (13,8%) decorrente principalmente do aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, a partir de julho de 2017;

- aumento de R\$ 1,8 bilhão proveniente principalmente de aumentos no recolhimento de depósitos judiciais e recolhimentos do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17.
- acréscimo de R\$ 993,3 milhões (4,1%) no imposto de Renda e de R\$ 807,8 milhões (17,4%) na CSLL motivados principalmente por acréscimos no pagamento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL, tendo por base a presunção de lucro.

As receitas não administradas pela RFB permaneceram estáveis, apresentando crescimento de apenas R\$ 44,4 milhões (0,5%) quando comparadas ao mesmo período de 2017.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	25.671,0	27.884,0	2.213,0	8,6%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	20.044,3	21.155,3	1.111,0	5,5%
II.2 Fundos Constitucionais	802,2	772,9	-29,3	-3,7%
Repasse Total	1.280,4	1.408,3	127,9	10,0%
Superávit dos Fundos	478,2	635,4	157,2	32,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.679,2	1.698,1	18,8	1,1%
II.4 Compensações Financeiras	3.118,1	4.247,2	1.129,1	36,2%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	27,1	10,6	-16,5	-60,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 2,2 bilhões (8,6%), passando de R\$ 25,7 bilhões em Fevereiro de 2016 para R\$ 27,9 bilhões no mesmo mês de 2017. Esse resultado decorre principalmente do aumento de R\$ 1,1 bilhão no conjunto FPM/FPE/IPI-EE e do acréscimo de R\$ 1,1 bilhão na Cota Parte de Compensações Financeiras, motivados pelas melhores arrecadações registradas no mês de Janeiro de 2018 das rubricas vinculadas a essas transferências., comparado à arrecadação verificada em igual período de 2017.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017 / 2018

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	98.048,6	97.472,1	-576,6	-0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.143,5	44.404,8	1.261,4	2,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	33.794,6	34.896,6	1.102,1	3,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.348,9	9.508,2	159,3	1,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.509,4	22.577,8	68,4	0,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.442,9	13.533,1	90,2	0,7%
Abono e Seguro Desemprego	5.691,6	5.808,6	117,0	2,1%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.531,9	4.595,2	63,3	1,4%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	486,9	0,0	-486,9	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	79,0	38,3	-40,7	-51,5%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.038,7	887,7	-151,0	-14,5%
FUNDEB (Complem. União)	945,1	963,9	18,8	2,0%
Fundo Constitucional DF	149,3	105,8	-43,4	-29,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	96,3	419,2	322,9	335,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	0,2	186,0	185,8	-
FIES	-5,9	65,6	71,5	-
Demais ¹	429,7	462,7	33,0	7,7%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.952,9	16.956,4	-1.996,5	-10,5%
Discricionárias Executivo	18.158,8	16.103,7	-2.055,1	-11,3%
PAC	1.182,4	1.249,4	67,0	5,7%
d/q MCMV	84,3	97,7	13,4	15,9%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
Demais	16.976,3	14.854,3	-2.122,1	-12,5%
Discricionárias LEJU/MPU	794,1	852,7	58,6	7,4%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	22.155,5	19.869,4	-2.286,1	-10,3%
Outras Despesas de Custeio	20.335,3	18.268,9	-2.066,4	-10,2%
Outras Despesas de Capital	1.820,2	1.600,4	-219,7	-12,1%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em Fevereiro de 2017, houve redução de R\$ 576,6 milhões (0,6%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 98,0 bilhões para R\$ 97,5 bilhões. Essa variação se deve, principalmente à redução nas despesas discricionárias do Poder Executivo em R\$ 2,0 bilhões (10,5%), compensada parcialmente pelo aumento nas despesas com benefícios previdenciários em R\$ 1,3 bilhão (3,3%). As outras despesas obrigatórias cresceram R\$ 90,2 milhões (0,7%) mantendo relativa estabilidade com relação aos valores de 2017.

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	16.976,3	14.854,3	-2.122,1	-12,5%
Ministério da Saúde	9.456,6	7.466,1	-1.990,5	-21,0%
Ministério da Educação	2.062,5	1.750,0	-312,5	-15,2%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.788,3	2.628,7	-159,6	-5,7%
Ministério da Defesa	757,3	1.162,7	405,4	53,5%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	315,7	262,3	-53,4	-16,9%
Demais órgãos do Executivo	1.596,0	1.584,4	-11,6	-0,7%

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 13,9 bilhões em Fevereiro de 2017 para déficit de R\$ 14,5 bilhões em Fevereiro de 2018, representando uma diferença de R\$ 538,4 milhões. Houve elevação de 804,4 mil (2,8%) no número de benefícios emitidos e aumento de R\$ 26,79 (2,2%) no valor médio dos benefícios.

A Arrecadação Líquida do RGPS elevou-se em R\$ 723,0 milhões (2,5%), principalmente devido ao crescimento 673 milhões (2,4%) na Contribuição Previdenciária associado ao crescimento nominal de 2,10% da massa salarial habitual de janeiro de 2018 em relação a janeiro de 2017.

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	29.210,0	29.933,0	723,0	2,5%
Arrecadação Bruta	32.442,5	33.183,9	741,4	2,3%
Contribuição Previdenciária	28.388,2	29.061,2	673,0	2,4%
Simples/Nacional/PAES	2.849,8	3.126,1	276,3	9,7%
Refis	41,7	98,3	56,6	135,7%
Depósitos Judiciais	124,0	10,5	-113,4	-91,5%
Compensação RGPS	1.038,7	887,7	-151,0	-14,5%
(-) Restituição/Devolução	-34,6	-40,4	-5,8	16,9%
(-) Transferências a Terceiros	-3.197,9	-3.210,5	-12,6	0,4%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	43.143,5	44.404,8	1.261,4	2,9%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-13.933,5	-14.471,9	-538,4	3,9%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Fevereiro de 2018 (IPCA)

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018

Discriminação	2017/2018		Variação	
	Jan	Fev	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	156.872,0	106.063,3	-50.808,7	-32,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	110.200,6	67.269,8	-42.930,8	-39,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.004,8	29.933,0	928,1	3,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.666,6	8.860,5	-8.806,0	-49,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.022,4	27.884,0	7.861,6	39,3%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	136.849,6	78.179,3	-58.670,4	-42,9%
IV. DESPESA TOTAL	105.694,0	97.472,1	-8.221,9	-7,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.505,0	44.404,8	899,8	2,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.696,8	22.577,8	-3.119,1	-12,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	21.211,4	13.533,1	-7.678,3	-36,2%
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	15.280,8	16.956,4	1.675,6	11,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) ²	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	31.155,6	-19.292,8	-50.448,4	-
Tesouro Nacional e Banco Central	45.655,8	-4.820,9	-50.476,7	-
Previdência Social (RGPS)	-14.500,2	-14.471,9	28,3	-0,2%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	45.829,5	-4.817,0	-50.646,5	-
Resultado do Banco Central	-173,7	-3,9	169,8	-97,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-14.500,2	-14.471,9	28,3	-0,2%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em fevereiro de 2018, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 19,3 bilhões , contra superavit de R\$ 31,2 bilhões em janeiro de 2018 a preços constantes de fevereiro. Houve redução da receita líquida em R\$ 58,7 bilhões (42,9%) e redução da despesa total em R\$ 8,2 bilhões (7,8%), Esse resultado foi influenciado principalmente pela entrada sazonal de recursos em janeiro e o ingresso extraordinário referente ao PERT sem contrapartida em fevereiro e pelo aumento em fevereiro das transferências por repartição daquelas receitas. No âmbito das despesas, destaque-se o impacto sazonal em janeiro do pagamento semestral de subsídios.

Receitas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Discriminação	2017/2018		Variação	
	Jan	Fev	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	156.872,0	106.063,3	-50.808,7	-32,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	110.200,6	67.269,8	-42.930,8	-39,0%
Imposto de Importação	3.253,0	2.833,6	-419,4	-12,9%
IPI	5.286,2	4.089,2	-1.197,0	-22,6%
Imposto de Renda	50.178,4	25.240,1	-24.938,3	-49,7%
IOF	2.978,3	2.909,5	-68,8	-2,3%
COFINS	23.532,9	18.957,9	-4.575,0	-19,4%
PIS/PASEP	6.461,0	5.115,3	-1.345,6	-20,8%
CSLL	15.218,7	5.443,4	-9.775,3	-64,2%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	459,8	413,9	-45,9	-10,0%
Outras	2.832,4	2.266,8	-565,5	-20,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.004,8	29.933,0	928,1	3,2%
Urbana	28.258,5	29.246,6	988,1	3,5%
Rural	746,4	686,4	-60,0	-8,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.666,6	8.860,5	-8.806,0	-49,8%
Concessões e Permissões	424,9	136,4	-288,5	-67,9%
Dividendos e Participações	3,6	1,8	-1,9	-51,8%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.029,0	1.059,4	30,5	3,0%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	7.674,8	2.213,4	-5.461,4	-71,2%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.082,4	1.060,5	-21,9	-2,0%
Contribuição do Salário Educação	2.838,8	1.626,0	-1.212,8	-42,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	464,4	-	-464,4	-100,0%
Operações com Ativos	104,2	88,6	-15,6	-14,9%
Demais Receitas	4.044,5	2.674,4	-1.370,1	-33,9%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados de fevereiro de 2018, a receita total do Governo Central apresentou redução de R\$ 50,8 bilhões (32,4%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 156,9 bilhões em janeiro de 2018 para R\$ 106,1 bilhões em fevereiro de 2018. Esta variação resulta do efeito conjulgado dos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 42,9 bilhões (39,0%) nas receitas administradas pela RFB: influenciado principalmente pelos seguintes fatores: (i) pagamento em janeiro da 1ª ou única cota do IRPJ e da CSLL relativo ao resultado do último trimestre de 2017 e da antecipação de recolhimento do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL em janeiro de 2018 sem contrapartida em fevereiro; (ii) arrecadação em janeiro de R\$ 7,8 bilhões no âmbito do PERT sem contrapartida em fevereiro; e (iii) aumento sazonal de arrecadação em janeiro da arrecadação de PIS/COFINS sem contrapartida em janeiro.

- redução de R\$ 9,2 bilhões (34,4%) nas Receitas não administradas pela RFB pelo efeito conjugado dos seguintes fatores: (i) redução de R\$ 5,5 bilhões (71,2%) em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido ao recolhimento trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural ocorrida em janeiro sem contrapartida em fevereiro. Decréscimo de R\$ 1,2 bilhão na contribuição do salário educação devido ao aumento sazonal dessa receita em janeiro sem contrapartida em fevereiro.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

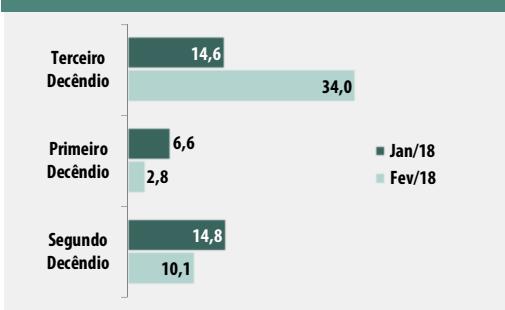
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2018

Discriminação	2017/2018		Variação	
	Jan	Fev	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.022,4	27.884,0	7.861,6	39,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	16.342,1	21.155,3	4.813,2	29,5%
II.2 Fundos Constitucionais	662,8	772,9	110,1	16,6%
Repasso Total	1.080,7	1.408,3	327,6	30,3%
Superávit dos Fundos	-430,8	-635,4	-204,6	47,5%
II.3 Contribuição do Salário Educação	984,6	1.698,1	713,5	72,5%
II.4 Compensações Financeiras	1.426,1	4.247,2	2.821,1	197,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	426,0	0,0	-426,0	-100,0%
II.6 Demais	180,7	10,6	-170,2	-94,1%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 3. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2018



Em fevereiro de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 7,9 bilhões (39,3%), totalizando R\$ 27,9 bilhões, contra R\$ 20,0 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu principalmente das receitas sazonalmente maiores em janeiro com reflexo nas transferências do mês de fevereiro. Ocorreu aumento de R\$ 4,8 bilhões (29,5%) no conjunto FPE/FPM/IPI-EE e de R\$ 2,8 bilhões nas transferências de Compensações Financeiras.

Despesas do Governo Central

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018

Discriminação	2017/2018		Variação	
	Jan	Fev	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	105.694,0	97.472,1	-8.221,9	-7,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.505,0	44.404,8	899,8	2,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	34.244,6	34.896,6	652,0	1,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.260,4	9.508,2	247,9	2,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.696,8	22.577,8	-3.119,1	-12,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	21.211,4	13.533,1	-7.678,3	-36,2%
Abono e Seguro Desemprego	5.535,5	5.808,6	273,1	4,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.537,0	4.595,2	58,2	1,3%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	464,4	0,0	-464,4	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	13,0	38,3	25,3	195,1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	892,9	887,7	-5,3	-0,6%
FUNDEB (Complem. União)	2.925,2	963,9	-1.961,3	-67,0%
Fundo Constitucional DF	105,7	105,8	0,2	0,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	85,0	419,2	334,2	393,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.064,2	186,0	-5.878,1	-96,9%
FIES ¹	280,6	65,6	-215,0	-76,6%
Demais ¹	307,9	462,7	154,8	50,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	15.280,8	16.956,4	1.675,6	11,0%
Discricionárias Executivo	14.556,1	16.103,7	1.547,5	10,6%
PAC	690,2	1.249,4	559,3	81,0%
d/q MCMV	79,4	97,7	18,3	23,1%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-100,0%
Demais	13.866,0	14.854,3	988,3	7,1%
Discricionárias LEJU/MPU	724,6	852,7	128,1	17,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital ²	20.317,7	19.869,4	-448,4	-2,2%
Outras Despesas de Custeio	18.828,6	18.268,9	-559,7	-3,0%
Outras Despesas de Capital	1.489,2	1.600,4	111,3	7,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatorias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiodos, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.

2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em fevereiro de 2018, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 97,5 bilhões , representando redução de R\$ 8,2 bilhões (7,8%), em relação a janeiro de 2018. Essa variação é explicada principalmente Esta variação deveu-se à redução de R\$ 5,9 bilhões em Subsídios, Subvenções e Proagro, devido à sistemática de pagamentos semestrais estabelecida em conformidade com os Acórdãos no 825/2015 e no 3.297/2015 (vide Boxe 1 do RTN de dezembro de 2015), aliada à redução sazonal das despesas de pessoal em R\$ 3,1 bilhões (12,1%) e ao decréscimo de R\$ 2,0 bilhões (67,0%) na Complementação da União ao FUNDEB, compensados parcialmente pelo aumento de 1,5 bilhão (10,6%) nas despesas Discricionárias do Poder Executivo e pelo aumento de R\$ 899,8 milhões (2,1%) nos

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Discriminação	2017/2018		Variação	
	Jan	Fev	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	30.276,2	13.821,7	-16.454,5	-54,3%
Ministério da Saúde	9.829,0	7.165,2	-2.663,9	-27,1%
Ministério da Educação	6.090,1	1.264,2	-4.825,9	-79,2%
Ministério do Desenvolvimento Social	4.830,6	28,1	-4.802,5	-99,4%
Ministério da Defesa	2.599,6	14,5	-2.585,2	-99,4%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	1.062,2	119,0	-943,2	-88,8%
Demais órgãos do Executivo	5.864,7	5.230,8	-633,9	-10,8%

Previdência Social

R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2018 (IPCA)

Discriminação	2017/2018		Variação	
	Jan	Fev	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	29.004,8	29.933,0	928,1	3,2%
Arrecadação Bruta	34.547,0	33.183,9	-1.363,2	-3,9%
Contribuição Previdenciária	29.521,7	29.061,2	-460,5	-1,6%
Simples/Nacional/PAES	3.972,88	3.126,12	-846,8	-21,3%
Refis	150,65	98,35	-52,3	-34,7%
Depósitos Judiciais	8,88	10,53	1,6	18,5%
Compensação RGPS	892,95	887,66	-5,3	-0,6%
(-) Restituição/Devolução	-35,0	-40,4	-5,4	15,5%
(-) Transferências a Terceiros	-5.507,2	-3.210,5	2.296,7	-41,7%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	43.505,0	44.404,8	899,8	2,1%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-14.500,2	-14.471,9	28,3	-0,2%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

benefícios previdenciários.

Em fevereiro de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 14,5 bilhões, similar ao observado no mês anterior. A redução do déficit de R\$ 28,3 milhões (0,2%) se deve ao efeito conjulgado do aumento de R\$ 899,8 milhões nos benefícios previdenciários e pelo aumento de R\$ 928,1 milhões (3,2%) na arrecadação líquida do RGPS.

Boxe 1 – Estimativa da Carga Tributária Bruta no Brasil

Em 2017 a carga tributária bruta do governo geral (governo central, estados e municípios) permaneceu relativamente estável em comparação com 2016 alcançando 32,36% do PIB, resultado agregado determinado pelo crescimento de 0,07 pontos percentuais do PIB nos Estados e decréscimo de 0,08 p.p. do PIB na União. A carga tributária na esfera municipal permaneceu estável em relação a 2016.

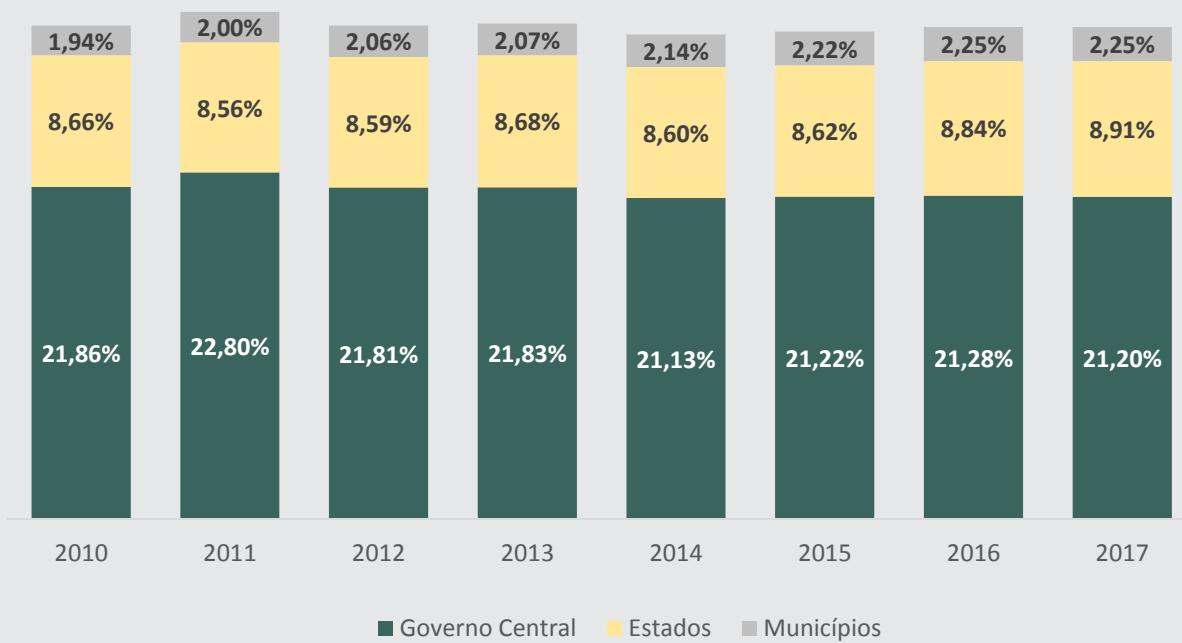
É o que mostra a estimativa da carga tributária bruta elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)¹. Destaca-se que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é a área responsável pela publicação, em formato anual, da carga tributária², conforme definido em sua estrutura regimental.

Esforços conjuntos entre STN e IPEA foram estabelecidos para a definição de metodologia, aperfeiçoamento e construção de base de dados de estatísticas de finanças públicas de estados e municípios. Como um dos resultados deste trabalho é possível obter indicador da Carga Tributária Bruta de Governo Geral com menor defasagem (cerca de 90 dias após encerramento do exercício de referência), estimativa esta que passou a integrar a Prestação de Contas da Presidência da República desde 2014. É importante destacar que o trabalho realizado pela STN não se trata de informação oficial da carga tributária bruta, mas de estimativa realizada com base em técnicas estatísticas, com o uso das bases de dados disponíveis para a produção de estatísticas de finanças públicas³.

No que tange a arrecadação federal, os principais tributos que explicam o comportamento da CTB são o IRPJ que apresentou decréscimo de 0,36 pontos percentuais do PIB e a Cofins que, por sua vez, aumentou 0,16 p.p. do PIB. Na esfera estadual, o movimento foi influenciado em maior parte pelo aumento das receitas com o ICMS (0,06 p.p. do PIB), IPVA (0,04 p.p. do PIB) e nos municípios, destaca-se o decréscimo na arrecadação do ISS (0,02 p.p. do PIB) e o crescimento da arrecadação com Taxas (0,03 p.p. do PIB).

Os resultados da estimativa da Carga Tributária Bruta para o período 2010-2017 são apresentados no Gráfico 1, que destaca a evolução dos dados por esfera da federação.

Gráfico 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo, 2010-2017 (% do PIB)



1 Ver Nota Técnica nº 40 disponível no site da STN em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

2 A publicação Carga Tributária no Brasil pode ser acessada no sítio eletrônico localizado no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-cap>

3 A estimativa da carga tributária bruta é derivada do conjunto de estatísticas de finanças públicas compiladas de acordo com padrões internacionais, especificamente o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, que está harmonizado ao Sistema de Contas Nacionais de 2008

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento	LEJU – Legislativo e Judiciário
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	Paes – Parcelamento Especial
CEF - Caixa Econômica Federal	Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	PIB – Produto Interno Bruto
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor	PIS – Programa de Integração Social
Público	POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Emgea – Empresa Gestora de Ativos	Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	PSH – Programa de Subsídio à Habitação
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	PSI – Programa de Sustentação do Investimento
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	Refis – Programa de Recuperação Fiscal
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	RFB – Receita Federal do Brasil
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	RGPS – Regime Geral da Previdência Social
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento	RMV – Renda Mensal Vitalícia
FPE – Fundo de Participação de Estados	
FPM – Fundo de Participação de Municípios	
FSB - Fundo Soberano do Brasil	
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	
Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)	
II - Imposto de Importação	
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros	
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física	
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social	

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/18 Jan/18		Fev/18 Fev/17	
I. RECEITA TOTAL	93.960,8	156.371,5	106.063,3	-50.308,3	-32,2%	12.102,4	12,9%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	56.986,6	109.849,0	67.269,8	-42.579,2	-38,8%	10.283,18	18,0%
I.1.1 Imposto de Importação	2.057,3	3.242,6	2.833,6	-409,0	-12,6%	776,3	37,7%
I.1.2 IPI	3.220,8	5.269,4	4.089,2	-1.180,2	-22,4%	868,4	27,0%
I.1.3 Imposto de Renda	23.576,1	50.018,3	25.240,1	-24.778,2	-49,5%	1.664,0	7,1%
I.1.4 IOF	2.817,8	2.968,8	2.909,5	-59,3	-2,0%	91,7	3,3%
I.1.5 COFINS	15.587,5	23.457,8	18.957,9	-4.499,9	-19,2%	3.370,4	21,6%
I.1.6 PIS/PASEP	4.369,7	6.440,3	5.115,3	-1.325,0	-20,6%	745,6	17,1%
I.1.7 CSLL	4.507,4	15.170,1	5.443,4	-9.726,7	-64,1%	936,0	20,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	427,6	458,4	413,9	-44,4	-9,7%	-13,7	-3,2%
I.1.10 Outras	422,4	2.823,3	2.266,8	-556,5	-19,7%	1.844,4	436,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	28.402,0	28.912,3	29.933,0	1.020,6	3,5%	1.531,0	5,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.572,3	17.610,2	8.860,5	-8.749,7	-49,7%	288,3	3,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	92,1	423,6	136,4	-287,2	-67,8%	44,3	48,1%
I.4.2 Dividendos e Participações	5,2	3,6	1,8	-1,9	-51,7%	-3,4	-66,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.006,3	1.025,7	1.059,4	33,8	3,3%	53,1	5,3%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.875,8	7.650,3	2.213,4	-5.436,9	-71,1%	337,5	18,0%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	893,7	1.078,9	1.060,5	-18,4	-1,7%	166,8	18,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.574,0	2.829,8	1.626,0	-1.203,7	-42,5%	52,0	3,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	0,0	-462,9	-100,0%	-473,4	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	84,4	103,9	88,6	-15,2	-14,7%	4,2	5,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.567,3	4.031,6	2.674,4	-1.357,2	-33,7%	107,0	4,2%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	24.960,9	19.958,5	27.884,0	7.925,5	39,7%	2.923,1	11,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	19.489,8	16.290,0	21.155,3	4.865,3	29,9%	1.665,46	8,5%
II.2 Fundos Constitucionais	780,1	660,7	772,9	112,2	17,0%	-	7,16
II.2.1 Repasse Total	1.245,0	1.077,3	1.408,3	331,1	0,3	163,3	13,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-465,0	-416,6	-635,4	-218,8	0,5	-170,5	36,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.632,8	981,4	1.698,1	716,6	73,0%	65,26	4,0%
II.4 Compensações Financeiras	3.031,8	1.421,6	4.247,2	2.825,6	198,8%	1.215,3	40,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	424,7	0,0	-424,7	-100,0%	-	-
II.6 Demais	26,3	180,2	10,6	-169,6	-94,1%	-	15,75
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	69.000,0	136.413,0	78.179,3	-58.233,8	-42,7%	9.179,3	13,3%
IV. DESPESA TOTAL	95.336,4	105.356,8	97.472,1	-7.884,8	-7,5%	2.135,7	2,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.950,0	43.366,2	44.404,8	1.038,6	2,4%	2.454,81	5,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.886,8	25.614,9	22.577,8	-3.037,1	-11,9%	691,02	3,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.071,0	21.143,7	13.533,1	-7.610,7	-36,0%	462,1	3,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.534,2	5.517,8	5.808,6	290,8	5,3%	274,4	5,0%
IV.3.2 Anistiados	18,1	12,3	21,9	9,6	78,4%	3,8	20,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,9	42,5	46,0	3,5	8,2%	-2,0	-4,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.406,5	4.522,5	4.595,2	72,7	1,6%	188,6	4,3%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	0,0	-462,9	-100,0%	-473,4	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	76,8	12,9	38,3	25,4	196,0%	-38,5	-50,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.010,0	890,1	887,7	-2,4	-0,3%	-122,3	-12,1%
IV.3.10 Convênios	16,2	0,0	0,0	0,0	-	-16,2	-100,0%
IV.3.11 Doações	5,5	0,0	0,0	0,0	-	-5,5	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	16,0	37,6	30,3	-7,4	-19,6%	14,2	88,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	919,0	2.915,9	963,9	-1.952,0	-66,9%	45,0	4,9%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	145,2	105,3	105,8	0,5	0,5%	-39,3	-27,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	93,7	84,7	419,2	334,5	394,8%	325,6	347,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	0,2	6.044,838	186,0	-5.858,8	-96,9%	185,9	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,5	19,6	23,4	3,8	19,3%	12,9	123,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	141,2	35,8	182,1	146,3	408,6%	40,9	29,0%
IV.3.23 FIES	-5,8	279,7	65,6	-214,1	-76,6%	71,3	-
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	18.428,6	15.232,0	16.956,4	1.724,4	11,3%	-1.472,2	-8,0%
IV.4.1 PAC	1.149,7	688,0	1.249,4	561,5	81,6%	99,7	8,7%
d/q MCMV	81,9	79,1	97,7	18,6	23,5%	15,8	19,2%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%	-	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	16.506,7	13.821,7	14.854,3	1.032,5	7,5%	-1.652,49	-10,0%
IV.4.4 LEIU/MPU	772,1	722,3	852,7	130,4	18,1%	80,56	10,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-26.336,4	31.056,2	-19.292,8	-50.349,0	-	7.043,6	-26,7%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	42,6	724,5					
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-1.045,9	4.666,0					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.429,7	83,3					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-28.769,5	36.530,0					
X. JUROS NOMINAIS	-23.672,0	-23.251,4					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-28.769,5	36.530,0					

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
I. RECEITA TOTAL	96.633,9	156.872,0	106.063,3	-50.808,7	-32,4%	9.429,3	9,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	58.607,8	110.200,6	67.269,8	-42.930,8	-39,0%	8.662,0	14,8%
I.1.1 Imposto de Importação	2.115,8	3.253,0	2.833,6	-419,4	-12,9%	717,8	33,9%
I.1.2 IPI	3.312,4	5.286,2	4.089,2	-1.197,0	-22,6%	776,8	23,5%
I.1.3 Imposto de Renda	24.246,8	50.178,4	25.240,1	-24.938,3	-49,7%	993,3	4,1%
I.1.4 IOF	2.897,9	2.978,3	2.909,5	-68,8	-2,3%	11,6	0,4%
I.1.5 COFINS	16.031,0	23.532,9	18.957,9	-4.575,0	-19,4%	2.926,9	18,3%
I.1.6 PIS/PASEP	4.494,0	6.461,0	5.115,3	-1.345,6	-20,8%	621,3	13,8%
I.1.7 CSLL	4.635,6	15.218,7	5.443,4	-9.775,3	-64,2%	807,8	17,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	439,8	459,8	413,9	-45,9	-10,0%	-25,9	-5,9%
I.1.10 Outras	434,4	2.832,4	2.266,8	-565,5	-20,0%	1.832,4	421,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	29.210,0	29.004,8	29.933,0	928,1	3,2%	723,0	2,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.816,1	17.666,6	8.860,5	-8.806,0	-49,8%	44,4	0,5%
I.4.1 Concessões e Permissões	94,7	424,9	136,4	-288,5	-67,9%	41,7	44,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	5,3	3,6	1,8	-1,9	-51,8%	-3,6	-67,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.034,9	1.029,0	1.059,4	30,5	3,0%	24,5	2,4%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	1.929,2	7.674,8	2.213,4	-5.461,4	-71,2%	284,2	14,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	919,1	1.082,4	1.060,5	-21,9	-2,0%	141,4	15,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.618,8	2.838,8	1.626,0	-1.212,8	-42,7%	7,3	0,4%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	0,0	-464,4	-100,0%	-486,9	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	86,8	104,2	88,6	-15,6	-14,9%	1,8	2,1%
I.4.9 Demais Receitas	2.640,4	4.044,5	2.674,4	-1.370,1	-33,9%	34,0	1,3%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	25.671,0	20.022,4	27.884,0	7.861,6	39,3%	2.213,0	8,6%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	20.044,3	16.342,1	21.155,3	4.813,2	29,5%	1.111,0	5,5%
II.2 Fundos Constitucionais	802,2	662,8	772,9	110,1	16,6%	-29,3	-3,7%
II.2.1 Repasse Total	1.280,4	1.080,7	1.408,3	327,6	30,3%	127,9	10,0%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-478,2	-417,9	-635,4	-217,5	52,0%	-157,2	32,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.679,2	984,6	1.698,1	713,5	72,5%	18,8	1,1%
II.4 Compensações Financeiras	3.118,1	1.426,1	4.247,2	2.821,1	197,8%	1.129,1	36,2%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	426,0	0,0	-426,0	-	0,0	-
II.6 Demais	27,1	180,7	10,6	-170,2	-94,1%	-16,5	-60,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	70.963,0	136.849,6	78.179,3	-58.670,4	-42,9%	7.216,3	10,2%
IV. DESPESA TOTAL	98.048,6	105.694,0	97.472,1	-8.221,9	-7,8%	-576,6	-0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.143,5	43.505,0	44.404,8	899,8	2,1%	1.261,4	2,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.509,4	25.696,8	22.577,8	-3.119,1	-12,1%	68,4	0,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.442,9	21.211,4	13.533,1	-7.678,3	-36,2%	90,2	0,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.691,6	5.535,5	5.808,6	273,1	4,9%	117,0	2,1%
IV.3.2 Anistiados	18,6	12,3	21,9	9,6	77,8%	3,3	17,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	49,3	42,6	46,0	3,3	7,8%	-3,3	-6,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.531,9	4.537,0	4.595,2	58,2	1,3%	63,3	1,4%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	0,0	-464,4	-100,0%	-486,9	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	79,0	13,0	38,3	25,3	195,1%	-40,7	-51,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.038,7	892,9	887,7	-5,3	-0,6%	-151,0	-14,5%
IV.3.10 Convênios	16,6	0,0	0,0	0,0	-	-16,6	-100,0%
IV.3.11 Doações	5,6	0,0	0,0	0,0	-	-5,6	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	16,5	37,8	30,3	-7,5	-19,9%	13,8	83,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	945,1	2.925,2	963,9	-1.961,3	-67,0%	18,8	2,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	149,3	105,7	105,8	0,2	0,2%	-43,4	-29,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,1	159,7	159,2	-0,5	-0,3%	-8,0	-4,8%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fóseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	96,3	85,0	419,2	334,2	393,2%	322,9	335,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	0,2	6.064,2	186,0	-5.878,1	-96,9%	185,8	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,8	19,7	23,4	3,7	19,0%	12,6	117,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	145,2	35,9	182,1	146,2	407,0%	36,9	25,4%
IV.3.23 FIES	-5,9	280,6	65,6	-215,0	-76,6%	71,5	-
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.952,9	15.280,8	16.956,4	1.675,6	11,0%	-1.996,5	-10,5%
IV.4.1 PAC	1.182,4	690,2	1.249,4	559,3	81,0%	67,0	5,7%
d/q MCMV	84,3	79,4	97,7	18,3	23,1%	13,4	15,9%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	16.976,3	13.866,0	14.854,3	988,3	7,1%	-2.122,1	-12,5%
IV.4.4 LEIU/MPU	794,1	724,6	852,7	128,1	17,7%	58,6	7,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-27.085,7	31.155,6	-19.292,8	-50.448,4	-	7.792,9	-28,8%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	43,8	726,8					
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-1.075,7	4.680,9					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.470,4	83,6					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-29.587,9	36.646,9					
X. JUROS NOMINAIS	-24.345,4	-23.325,8					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	1,0	1,0					

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/17 Jan-Fev/16	
I. RECEITA TOTAL	231.335,6	262.434,8	31.099,2	13,4%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	153.722,3	177.118,8	23.396,5	15,2%
I.1.1 Imposto de Importação	4.652,5	6.076,2	1.423,8	30,6%
I.1.2 IPI	6.959,1	9.358,5	2.399,4	34,5%
I.1.3 Imposto de Renda	70.303,4	75.258,4	4.955,0	7,0%
I.1.4 IOF	5.697,5	5.878,3	180,8	3,2%
I.1.5 COFINS	34.441,4	42.415,7	7.974,3	23,2%
I.1.6 PIS/PASEP	9.612,0	11.555,7	1.943,6	20,2%
I.1.7 CSLL	18.979,9	20.613,6	1.633,6	8,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	927,2	872,3	-54,9	-5,9%
I.1.10 Outras	2.149,3	5.090,1	2.940,9	136,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	55.299,4	58.845,3	3.545,8	6,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22.313,9	26.470,7	4.156,9	18,6%
I.4.1 Concessões e Permissões	444,0	560,0	116,0	26,1%
I.4.2 Dividendos e Participações	65,5	5,4	-60,1	-91,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.031,5	2.085,1	53,6	2,6%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	7.363,9	9.863,7	2.499,8	33,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.852,3	2.139,4	287,1	15,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.301,4	4.455,8	154,4	3,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	-10,6	-2,2%
I.4.8 Operações com Ativos	182,9	192,5	9,6	5,2%
I.4.9 Demais Receitas	5.598,9	6.706,0	1.107,1	19,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	43.543,4	47.842,5	4.299,1	9,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	34.742,4	37.445,3	2.702,8	7,8%
II.2 Fundos Constitucionais	1.414,8	1.433,6	18,7	1,3%
II.2.1 Repasse Total	2.260,7	2.485,6	224,8	9,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-845,9	-1.052,0	-206,1	24,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.566,9	2.679,5	112,6	4,4%
II.4 Compensações Financeiras	4.182,5	5.668,7	1.486,2	35,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	433,5	424,7	-8,8	-2,0%
II.6 Demais	203,3	190,8	-12,5	-6,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	187.792,2	214.592,3	26.800,2	14,3%
IV. DESPESA TOTAL	196.123,9	202.828,9	6.705,0	3,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	82.219,6	87.771,1	5.551,4	6,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	46.100,5	48.192,6	2.092,1	4,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	37.259,3	34.676,8	-2.582,5	-6,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.227,6	11.326,4	98,8	0,9%
IV.3.2 Anistiados	30,9	34,1	3,2	10,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	92,8	88,5	-4,3	-4,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8.693,1	9.117,7	424,6	4,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	-10,6	-2,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	169,9	51,2	-118,6	-69,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.079,3	1.777,8	-301,5	-14,5%
IV.3.10 Convênios	25,0	0,0	-25,0	-100,0%
IV.3.11 Doações	7,9	0,0	-7,9	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	34,4	67,9	33,5	97,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	3.534,0	3.879,8	345,9	9,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	239,8	211,2	-28,6	-11,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	325,0	318,3	-6,7	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	195,9	504,0	308,0	157,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	8.981,2	6.230,9	-2.750,3	-30,6%
IV.3.21 Transferências ANA	22,6	43,0	20,4	90,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	156,6	217,9	61,3	39,2%
IV.3.23 FIES	970,0	345,2	-624,8	-64,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	30.544,5	32.188,4	1.644,0	5,4%
IV.4.1 PAC	1.934,2	1.937,4	3,2	0,2%
d/q MCMV	159,8	176,8	17,0	10,6%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	27.305,9	28.676,0	1.370,1	5,0%
IV.4.4 LEU/MPU	1.304,4	1.575,0	270,7	20,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-8.331,7	11.763,4	20.095,1	-
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	321,4			
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	6.021,3			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-487,9			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-2.476,9			
X. JUROS NOMINAIS	-52.691,0			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-55.167,9			

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA

42.000



Discriminação	2017 Jan-Fev	2018 Jan-Fev	Diferença Jan-Fev/18 Jan-Fev/17	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	238.383,1	262.935,2	24.552,2	10,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	158.423,8	177.470,3	19.046,5	12,0%
I.1.1 Imposto de Importação	4.793,6	6.086,6	1.293,0	27,0%
I.1.2 IPI	7.169,8	9.375,4	2.205,6	30,8%
I.1.3 Imposto de Renda	72.462,1	75.418,5	2.956,4	4,1%
I.1.4 IOF	5.869,3	5.887,8	18,5	0,3%
I.1.5 COFINS	35.485,2	42.490,7	7.005,5	19,7%
I.1.6 PIS/PASEP	9.903,3	11.576,3	1.673,0	16,9%
I.1.7 CSLL	19.569,0	20.662,1	1.093,1	5,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	955,2	873,7	-81,5	-8,5%
I.1.10 Outras	2.216,3	5.099,2	2.882,9	130,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	56.963,9	58.937,8	1.973,9	3,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22.995,3	26.527,1	3.531,8	15,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	457,9	561,4	103,5	22,6%
I.4.2 Dividendos e Participações	67,5	5,4	-62,1	-92,0%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.092,8	2.088,4	-4,4	-0,2%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	7.592,0	9.888,1	2.296,1	30,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.908,2	2.142,8	234,6	12,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.433,1	4.464,9	31,8	0,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	-22,5	-4,6%
I.4.8 Operações com Ativos	188,5	192,9	4,4	2,3%
I.4.9 Demais Receitas	5.768,5	6.718,9	950,4	16,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44.845,3	47.906,4	3.061,1	6,8%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	35.782,6	37.497,4	1.714,8	4,8%
II.2 Fundos Constitucionais	1.457,2	1.435,7	-21,6	-1,5%
II.2.1 Repasse Total	2.328,5	2.489,0	160,5	6,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-871,2	-1.053,3	-182,1	20,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.643,0	2.682,6	39,6	1,5%
II.4 Compensações Financeiras	4.305,4	5.673,3	1.367,9	31,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	447,3	426,0	-21,2	-4,7%
II.6 Demais	209,7	191,3	-18,3	-8,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	193.537,8	215.028,9	21.491,1	11,1%
IV. DESPESA TOTAL	202.045,5	203.166,1	1.120,6	0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	84.695,4	87.909,8	3.214,5	3,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	47.494,2	48.274,6	780,4	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	38.401,3	34.744,4	-3.656,9	-9,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.566,3	11.344,1	-222,2	-1,9%
IV.3.2 Anistiados	31,8	34,2	2,4	7,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	95,6	88,6	-6,9	-7,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8.954,9	9.132,1	177,2	2,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	-22,5	-4,6%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	175,0	51,3	-123,7	-70,7%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.142,1	1.780,6	-361,4	-16,9%
IV.3.10 Convênios	25,7	0,0	-25,7	-100,0%
IV.3.11 Doações	8,1	0,0	-8,1	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	35,5	68,0	32,5	91,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	3.643,4	3.889,2	245,8	6,7%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	246,9	211,5	-35,4	-14,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	334,8	318,8	-16,0	-4,8%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	201,9	504,2	302,4	149,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.267,2	6.250,2	-3.017,0	-32,6%
IV.3.21 Transferências ANA	23,3	43,0	19,7	84,8%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	161,1	218,0	56,9	35,3%
IV.3.23 FIES	1.000,9	346,1	-654,8	-65,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	31.454,5	32.237,2	782,6	2,5%
IV.4.1 PAC	1.991,9	1.939,6	-52,3	-2,6%
d/q MCMV	164,6	177,0	12,4	7,5%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	28.119,3	28.720,2	600,9	2,1%
IV.4.4 LEJU/MPU	1.343,3	1.577,3	234,1	17,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-8.507,6	11.862,8	20.370,5	-
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	331,5			
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	6.216,6			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-498,6			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-2.458,1			
X. JUROS NOMINAIS	-54.288,4			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	2,1			

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017		2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro					
I. RECEITA TOTAL	93.960,8	156.371,5	106.063,3	-50.308,3	-32,2%	12.102,4	12,9%	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	56.986,6	109.849,0	67.269,8	-42.579,2	-38,8%	10.283,2	18,0%	
I.1.1 Imposto de Importação	2.057,3	3.242,6	2.833,6	-409,0	-12,6%	776,3	37,7%	
I.1.2 IPI	3.220,8	5.269,4	4.089,2	-1.180,2	-22,4%	868,4	27,0%	
I.1.2.1 IPI - Fumo	417,2	530,5	458,8	-71,7	-13,5%	41,6	10,0%	
I.1.2.2 IPI - Bebidas	232,2	317,2	228,1	-89,2	-28,1%	-4,2	-1,8%	
I.1.2.3 IPI - Automóveis	249,0	407,7	299,2	-108,5	-26,6%	50,2	20,2%	
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	818,7	1.321,2	1.170,3	-150,9	-11,4%	351,6	43,0%	
I.1.2.5 IPI - Outros	1.503,7	2.692,8	1.932,9	-759,9	-28,2%	429,2	28,5%	
I.1.3 Imposto de Renda	23.576,1	50.018,3	25.240,1	-24.778,2	-49,5%	1.664,0	7,1%	
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.089,0	1.810,4	1.160,7	-649,6	-35,9%	71,8	6,6%	
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.088,0	24.600,7	9.587,4	-15.013,3	-61,0%	499,4	5,5%	
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	13.399,1	23.607,3	14.491,9	-9.115,3	-38,6%	1.092,8	8,2%	
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.664,6	12.914,7	8.511,7	-4.403,0	-34,1%	847,0	11,1%	
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.517,8	5.184,4	3.148,0	-2.036,4	-39,3%	-369,8	-10,5%	
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.431,8	4.024,2	1.964,5	-2.059,6	-51,2%	532,7	37,2%	
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	784,9	1.483,9	867,7	-616,2	-41,5%	82,8	10,6%	
I.1.4 IOF	2.817,8	2.968,8	2.909,5	-59,3	-2,0%	91,7	3,3%	
I.1.5 COFINS	15.587,5	23.457,8	18.957,9	-4.499,9	-19,2%	3.370,4	21,6%	
I.1.6 PIS/PASEP	4.369,7	6.440,3	5.115,3	-1.325,0	-20,6%	745,6	17,1%	
I.1.7 CSL	4.507,4	15.170,1	5.443,4	-9.726,7	-64,1%	936,0	20,8%	
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
I.1.9 CIDE Combustíveis	427,6	458,4	413,9	-44,4	-9,7%	-13,7	-3,2%	
I.1.10 Outras	422,4	2.823,3	2.266,8	-556,5	-19,7%	1.844,4	436,7%	
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	28.402,0	28.912,3	29.933,0	1.020,6	3,5%	1.531,0	5,4%	
I.3.1 Urbana	27.864,5	28.168,3	29.246,6	1.078,3	3,8%	1.382,1	5,0%	
I.3.2 Rural	537,5	744,0	686,4	-57,6	-7,7%	148,9	27,7%	
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.572,3	17.610,2	8.860,5	-8.749,7	-49,7%	288,3	3,4%	
I.4.1 Concessões e Permissões	92,1	423,6	136,4	-287,2	-67,8%	44,3	48,1%	
I.4.2 Dividendos e Participações	5,2	3,6	1,8	-1,9	-51,7%	-3,4	-66,1%	
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.006,3	1.025,7	1.059,4	33,8	3,3%	53,1	5,3%	
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.875,8	7.650,3	2.213,4	-5.436,9	-71,1%	337,5	18,0%	
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	893,7	1.078,9	1.060,5	-18,4	-1,7%	166,8	18,7%	
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.574,0	2.829,8	1.626,0	-1.203,7	-42,5%	52,0	3,3%	
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	0,0	-462,9	-100,0%	-473,4	-100,0%	
I.4.8 Operações com Ativos	84,4	103,9	88,6	-15,2	-14,7%	4,2	5,0%	
I.4.9 Demais Receitas	2.567,3	4.031,6	2.674,4	-1.357,2	-33,7%	107,0	4,2%	
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	24.960,9	19.958,5	27.884,0	7.925,5	39,7%	2.923,1	11,7%	
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	19.489,8	16.290,0	21.155,3	4.865,3	29,9%	1.665,5	8,5%	
II.2 Fundos Constitucionais	780,1	660,7	772,9	112,2	17,0%	-7,2	-0,9%	
II.2.1 Repasse Total	1.245,0	1.077,3	1.408,3	331,1	30,7%	163,3	13,1%	
II.2.2 Superávit dos Fundos	-465,0	-416,6	-635,4	-218,8	52,5%	-170,5	36,7%	
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.632,8	981,4	1.698,1	716,6	73,0%	65,3	4,0%	
II.4 Compensações Financeiras	3.031,8	1.421,6	4.247,2	2.825,6	198,8%	1.215,3	40,1%	
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	424,7	0,0	-424,7	-	0,0	-	
II.6 Demais	26,3	180,2	10,6	-169,6	-94,1%	-15,7	-59,8%	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	69.000,0	136.413,0	78.179,3	-58.233,8	-42,7%	9.179,3	13,3%	

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA



Discriminação	2017		2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro					
I. RECEITA TOTAL	96.633,9	156.872,0	106.063,3	-50.808,7	-32,4%	9.429,3	9,8%	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	58.607,8	110.200,6	67.269,8	-42.930,8	-39,0%	8.662,0	14,8%	
I.1.1 Imposto de Importação	2.115,8	3.253,0	2.833,6	-419,4	-12,9%	717,8	33,9%	
I.1.2 IPI	3.312,4	5.286,2	4.089,2	-1.197,0	-22,6%	776,8	23,5%	
I.1.2.1 IPI - Fumo	429,1	532,2	458,8	-73,4	-13,8%	29,7	6,9%	
I.1.2.2 IPI - Bebidas	238,8	318,3	228,1	-90,2	-28,3%	-10,8	-4,5%	
I.1.2.3 IPI - Automóveis	256,1	409,0	299,2	-109,9	-26,9%	43,1	16,8%	
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	842,0	1.325,4	1.170,3	-155,1	-11,7%	328,3	39,0%	
I.1.2.5 IPI - Outros	1.546,5	2.701,4	1.932,9	-768,5	-28,4%	386,4	25,0%	
I.1.3 Imposto de Renda	24.246,8	50.178,4	25.240,1	-24.938,3	-49,7%	993,3	4,1%	
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.120,0	1.816,2	1.160,7	-655,4	-36,1%	40,8	3,6%	
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.346,5	24.679,4	9.587,4	-15.092,0	-61,2%	240,9	2,6%	
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	13.780,3	23.682,8	14.491,9	-9.190,9	-38,8%	711,6	5,2%	
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.882,7	12.956,1	8.511,7	-4.444,4	-34,3%	629,0	8,0%	
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.617,9	5.201,0	3.148,0	-2.053,0	-39,5%	-469,9	-13,0%	
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.472,5	4.037,0	1.964,5	-2.072,5	-51,3%	492,0	33,4%	
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	807,2	1.488,7	867,7	-621,0	-41,7%	60,5	7,5%	
I.1.4 IOF	2.897,9	2.978,3	2.909,5	-68,8	-2,3%	11,6	0,4%	
I.1.5 COFINS	16.031,0	23.532,9	18.957,9	-4.575,0	-19,4%	2.926,9	18,3%	
I.1.6 PIS/PASEP	4.494,0	6.461,0	5.115,3	-1.345,6	-20,8%	621,3	13,8%	
I.1.7 CSLL	4.635,6	15.218,7	5.443,4	-9.775,3	-64,2%	807,8	17,4%	
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
I.1.9 CIDE Combustíveis	439,8	459,8	413,9	-45,9	-10,0%	-25,9	-5,9%	
I.1.10 Outras	434,4	2.832,4	2.266,8	-565,5	-20,0%	1.832,4	421,8%	
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-	
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	29.210,0	29.004,8	29.933,0	928,1	3,2%	723,0	2,5%	
I.3.1 Urbana	28.657,2	28.258,5	29.246,6	988,1	3,5%	589,4	2,1%	
I.3.2 Rural	552,8	746,4	686,4	-60,0	-8,0%	133,6	24,2%	
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.816,1	17.666,6	8.860,5	-8.806,0	-49,8%	44,4	0,5%	
I.4.1 Concessões e Permissões	94,7	424,9	136,4	-288,5	-67,9%	41,7	44,0%	
I.4.2 Dividendos e Participações	5,3	3,6	1,8	-1,9	-51,8%	-3,6	-67,1%	
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.034,9	1.029,0	1.059,4	30,5	3,0%	24,5	2,4%	
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.929,2	7.674,8	2.213,4	-5.461,4	-71,2%	284,2	14,7%	
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	919,1	1.082,4	1.060,5	-21,9	-2,0%	141,4	15,4%	
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.618,8	2.838,8	1.626,0	-1.212,8	-42,7%	7,3	0,4%	
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	0,0	-464,4	-100,0%	-486,9	-100,0%	
I.4.8 Operações com Ativos	86,8	104,2	88,6	-15,6	-14,9%	1,8	2,1%	
I.4.9 Demais Receitas	2.640,4	4.044,5	2.674,4	-1.370,1	-33,9%	34,0	1,3%	
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	25.671,0	20.022,4	27.884,0	7.861,6	39,3%	2.213,0	8,6%	
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	20.044,3	16.342,1	21.155,3	4.813,2	29,5%	1.111,0	5,5%	
II.2 Fundos Constitucionais	802,2	662,8	772,9	110,1	16,6%	-29,3	-3,7%	
II.2.1 Repasse Total	1.280,4	1.080,7	1.408,3	327,6	30,3%	127,9	10,0%	
II.2.2 Superávit dos Fundos	-478,2	-417,9	-635,4	-217,5	52,0%	-157,2	32,9%	
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.679,2	984,6	1.698,1	713,5	72,5%	18,8	1,1%	
II.4 Compensações Financeiras	3.118,1	1.426,1	4.247,2	2.821,1	197,8%	1.129,1	36,2%	
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	426,0	0,0	-426,0	-100,0%	0,0	-	
II.6 Demais	27,1	180,7	10,6	-170,2	-94,1%	-16,5	-60,9%	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	70.963,0	136.849,6	78.179,3	-58.670,4	-42,9%	7.216,3	10,2%	

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/17 Jan-Fev/16	
I. RECEITA TOTAL	231.335,6	262.434,8	31.099,2	13,4%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	153.722,3	177.118,8	23.396,5	15,2%
I.1.1 Imposto de Importação	4.652,5	6.076,2	1.423,8	30,6%
I.1.2 IPI	6.959,1	9.358,5	2.399,4	34,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	625,3	989,2	363,9	58,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	540,3	545,3	5,0	0,9%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	623,0	706,9	83,9	13,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.917,3	2.491,5	574,2	30,0%
I.1.2.5 IPI - Outros	3.253,2	4.625,6	1.372,5	42,2%
I.1.3 Imposto de Renda	70.303,4	75.258,4	4.955,0	7,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.688,2	2.971,1	-717,1	-19,4%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	31.614,1	34.188,1	2.574,1	8,1%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	35.001,2	38.099,2	3.098,0	8,9%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	19.451,9	21.426,4	1.974,5	10,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	9.003,1	8.332,5	-670,6	-7,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	4.684,7	5.988,7	1.304,0	27,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.861,4	2.351,6	490,2	26,3%
I.1.4 IOF	5.697,5	5.878,3	180,8	3,2%
I.1.5 COFINS	34.441,4	42.415,7	7.974,3	23,2%
I.1.6 PIS/PASEP	9.612,0	11.555,7	1.943,6	20,2%
I.1.7 CSLL	18.979,9	20.613,6	1.633,6	8,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	927,2	872,3	-54,9	-5,9%
I.1.10 Outras	2.149,3	5.090,1	2.940,9	136,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	55.299,4	58.845,3	3.545,8	6,4%
I.3.1 Urbana	54.176,8	57.414,9	3.238,1	6,0%
I.3.2 Rural	1.122,6	1.430,3	307,7	27,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22.313,9	26.470,7	4.156,9	18,6%
I.4.1 Concessões e Permissões	444,0	560,0	116,0	26,1%
I.4.2 Dividendos e Participações	65,5	5,4	-60,1	-91,8%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.031,5	2.085,1	53,6	2,6%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	7.363,9	9.863,7	2.499,8	33,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.852,3	2.139,4	287,1	15,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.301,4	4.455,8	154,4	3,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	-10,6	-2,2%
I.4.8 Operações com Ativos	182,9	192,5	9,6	5,2%
I.4.9 Demais Receitas	5.598,9	6.706,0	1.107,1	19,8%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	43.543,4	47.842,5	4.299,1	9,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	34.742,4	37.445,3	2.702,8	7,8%
II.2 Fundos Constitucionais	1.414,8	1.433,6	18,7	1,3%
II.2.1 Repasse Total	2.260,7	2.485,6	224,8	9,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-845,9	-1.052,0	-206,1	24,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.566,9	2.679,5	112,6	4,4%
II.4 Compensações Financeiras	4.182,5	5.668,7	1.486,2	35,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	433,5	424,7	-8,8	-2,0%
II.6 Demais	203,3	190,8	-12,5	-6,2%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	187.792,2	214.592,3	26.800,2	14,3%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
 R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/17 Jan-Fev/16	
I. RECEITA TOTAL	238.383,1	262.935,2	24.552,2	10,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	158.423,8	177.470,3	19.046,5	12,0%
I.1.1 Imposto de Importação	4.793,6	6.086,6	1.293,0	27,0%
I.1.2 IPI	7.169,8	9.375,4	2.205,6	30,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	643,8	990,9	347,1	53,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	556,7	546,3	-10,4	-1,9%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	642,0	708,2	66,2	10,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.975,5	2.495,7	520,2	26,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	3.351,7	4.634,2	1.282,6	38,3%
I.1.3 Imposto de Renda	72.462,1	75.418,5	2.956,4	4,1%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.801,9	2.976,9	-825,0	-21,7%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	32.589,9	34.266,9	1.676,9	5,1%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	36.070,3	38.174,7	2.104,5	5,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	20.045,3	21.467,7	1.422,4	7,1%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	9.277,8	8.349,0	-928,8	-10,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	4.829,1	6.001,6	1.172,5	24,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.918,0	2.356,4	438,3	22,9%
I.1.4 IOF	5.869,3	5.887,8	18,5	0,3%
I.1.5 COFINS	35.485,2	42.490,7	7.005,5	19,7%
I.1.6 PIS/PASEP	9.903,3	11.576,3	1.673,0	16,9%
I.1.7 CSLL	19.569,0	20.662,1	1.093,1	5,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	955,2	873,7	-81,5	-8,5%
I.1.10 Outras	2.216,3	5.099,2	2.882,9	130,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	56.963,9	58.937,8	1.973,9	3,5%
I.3.1 Urbana	55.807,4	57.505,1	1.697,7	3,0%
I.3.2 Rural	1.156,6	1.432,7	276,1	23,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22.995,3	26.527,1	3.531,8	15,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	457,9	561,4	103,5	22,6%
I.4.2 Dividendos e Participações	67,5	5,4	-62,1	-92,0%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.092,8	2.088,4	-4,4	-0,2%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	7.592,0	9.888,1	2.296,1	30,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.908,2	2.142,8	234,6	12,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.433,1	4.464,9	31,8	0,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	-22,5	-4,6%
I.4.8 Operações com Ativos	188,5	192,9	4,4	2,3%
I.4.9 Demais Receitas	5.768,5	6.718,9	950,4	16,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44.845,3	47.906,4	3.061,1	6,8%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	35.782,6	37.497,4	1.714,8	4,8%
II.2 Fundos Constitucionais	1.457,2	1.435,7	-21,6	-1,5%
II.2.1 Repasse Total	2.328,5	2.489,0	160,5	6,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-871,2	-1.053,3	-182,1	20,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.643,0	2.682,6	39,6	1,5%
II.4 Compensações Financeiras	4.305,4	5.673,3	1.367,9	31,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	447,3	426,0	-21,2	-4,7%
II.6 Demais	209,7	191,3	-18,3	-8,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	193.537,8	215.028,9	21.491,1	11,1%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES							
Banco do Brasil	5,2	3,6	1,8	-1,9	-51,7%	-3,4	-66,1%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	3,6	0,0	0,0	0,0	-	-3,6	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	1,6	3,6	1,8	-1,9	-51,7%	0,2	12,1%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018		Diferença Dez/16 Nov/16	Variação (%)	Diferença Dez/16 Dez/15	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES							
Banco do Brasil	5,3	3,6	1,8	-1,9	-51,8%	-3,6	-67,1%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	3,7	0,0	0,0	0,0	-	-3,7	-100,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	1,6	3,6	1,8	-1,9	-51,8%	0,1	9,0%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/17 Jan-Fev/16	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	65,5	5,4	-60,1	-91,8%
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	3,6	0,0	-3,6	-1,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	61,8	5,4	-56,4	-0,9

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Dez/16 Jan-Dez/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	67,5	5,4	-62,1	-92,0%
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	3,7	0,0	-3,7	-1,0
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	63,8	5,4	-58,4	-0,9

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
IV. DESPESA TOTAL	95.336,4	105.356,8	97.472,1	-7.884,8	-7,5%	2.135,7	2,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	41.950,0	43.366,2	44.404,8	1.038,6	2,4%	2.454,8	5,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	32.859,7	34.135,4	34.896,6	761,2	2,2%	2.036,9	6,2%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	290,4	237,7	345,5	107,9	45,4%	55,2	19,0%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.090,3	9.230,8	9.508,2	277,4	3,0%	417,9	4,6%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	80,7	64,7	94,8	30,1	46,4%	14,0	17,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.886,8	25.614,9	22.577,8	-3.037,1	-11,9%	691,0	3,2%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	85,4	62,9	80,2	17,3	27,5%	-5,2	-6,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.071,0	21.143,7	13.533,1	-7.610,7	-36,0%	462,1	3,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.534,2	5.517,8	5.808,6	290,8	5,3%	274,4	5,0%
Abono	2.636,2	2.359,0	2.759,8	400,8	17,0%	123,6	4,7%
Seguro Desemprego	2.898,0	3.158,8	3.048,8	-110,1	-3,5%	150,8	5,2%
d/q Seguro Defeso	467,3	197,6	421,3	223,7	113,2%	-46,0	-9,8%
IV.3.2 Anistiados	18,1	12,3	21,9	9,6	78,4%	3,8	20,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,9	42,5	46,0	3,5	8,2%	-2,0	-4,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Contínua da LOAS/RMV	4.406,5	4.522,5	4.595,2	72,7	1,6%	188,6	4,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	45,5	29,0	39,1	10,1	34,9%	-6,5	-14,3%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	0,0	-462,9	-100,0%	-473,4	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	76,8	12,9	38,3	25,4	196,0%	-38,5	-50,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.010,0	890,1	887,7	-2,4	-0,3%	-122,3	-12,1%
IV.3.10 Convênios	16,2	0,0	0,0	0,0	-	-16,2	-100,0%
IV.3.11 Doações	5,5	0,0	0,0	0,0	-	-5,5	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	16,0	37,6	30,3	-7,4	-19,6%	14,2	88,8%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	919,0	2.915,9	963,9	-1.952,0	-66,9%	45,0	4,9%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	145,2	105,3	105,8	0,5	0,5%	-39,3	-27,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	93,7	84,7	419,2	334,5	394,8%	325,6	347,7%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	0,2	6.044,8	186,0	-5.858,8	-96,9%	185,9	-
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	34,0	6.046,2	186,3	-5.859,8	-96,9%	152,4	448,5%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	22,3	601,3	7,5	-593,8	-98,8%	-14,8	-66,4%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	6,1	846,0	0,4	-845,6	-99,9%	-5,7	-92,8%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-45,6	58,6	22,8	-35,8	-61,1%	68,4	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	37,5	0,0	-37,5	-100,0%	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-47,4	9,4	-3,0	-12,4	-	44,4	-93,7%
Garantia à Sustentação de Preços	1,8	11,8	25,8	14,1	119,6%	24,0	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	23,0	1.451,7	34,3	-1.417,5	-97,6%	11,3	49,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	25,2	1.458,7	14,9	-1.443,8	-99,0%	-10,3	-41,0%
Concessão de Financiamento	-2,2	-7,0	19,4	26,4	-	21,6	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	88,8	76,3	99,5	23,2	30,4%	10,7	12,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	46,5	53,3	66,1	12,8	24,0%	19,6	42,1%
Concessão de Financiamento	42,3	23,0	33,4	10,4	45,2%	-8,9	-21,0%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	1,3	155,3	17,4	-137,9	-88,8%	16,1	-
IV.3.20.1.7 Álcool	0,0	16,3	0,0	-16,3	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-4,1	-19,4	-9,0	10,5	-53,9%	-4,8	117,1%
IV.3.20.1.12 Funcafá	2,4	6,7	11,1	4,4	66,4%	8,7	365,2%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	5,4	0,0	-5,4	-100,0%	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,9	2.826,0	1,6	-2.824,4	-99,9%	-1,3	-43,9%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	3,4	0,0	-3,4	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-63,7	0,0	0,0	0,0	-	63,7	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,8	21,4	0,8	-20,6	-96,2%	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-2,9	-0,1	2,7	-95,0%	-0,1	-
IV.3.20.2 Proagro	73,9	0,0	0,0	0,0	-	-73,9	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-107,7	-1,3	-0,3	1,0	-78,1%	107,4	-99,7%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,5	19,6	23,4	3,8	19,3%	12,9	123,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	141,2	35,8	182,1	146,3	408,6%	40,9	29,0%
IV.3.23 FIES	-5,8	279,7	65,6	-214,1	-76,6%	71,3	-
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.428,6	15.232,0	16.956,4	1.724,4	11,3%	-1.472,2	-8,0%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	17.656,5	14.509,7	16.103,7	1.594,0	11,0%	-1.552,8	-8,8%
IV.4.1.1 PAC	1.149,7	688,0	1.249,4	561,5	81,6%	99,7	8,7%
d/q MCMV	81,9	79,1	97,7	18,6	23,5%	15,8	19,2%
IV.4.1.2 Demais	16.506,7	13.821,7	14.854,3	1.032,5	7,5%	-1.652,5	-10,0%
Min. da Saúde	9.195,0	7.221,7	7.466,1	244,5	3,4%	-1.728,9	-18,8%
Min. do Des. Social	2.711,2	2.519,5	2.628,7	109,2	4,3%	-82,4	-3,0%
Min. da Educação	2.005,4	1.205,5	1.750,0	544,5	45,2%	-255,4	-12,7%
Demais	2.595,1	2.875,0	3.009,3	134,3	4,7%	414,2	16,0%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	772,1	722,3	852,7	130,4	18,1%	80,6	10,4%
Legislativo	97,1	108,0	135,7	27,7	25,6%	38,6	39,8%
Judiciário	522,1	502,2	577,7	75,5	15,0%	55,6	10,7%
Demais	153,0	112,1	139,3	27,3	24,3%	-13,7	-8,9%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
		Fevereiro	Janeiro			Fev/18 Fev/17	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	98.048,6	105.694,0	97.472,1	-8.221,9	-7,8%	-576,6	-0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.143,5	43.505,0	44.404,8	899,8	2,1%	1.261,4	2,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	33.794,6	34.244,6	34.896,6	652,0	1,9%	1.102,1	3,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	298,6	238,4	345,5	107,1	44,9%	46,9	15,7%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.348,9	9.260,4	9.508,2	247,9	2,7%	159,3	1,7%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	83,0	64,9	94,8	29,8	46,0%	11,7	14,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.509,4	25.696,8	22.577,8	-3.119,1	-12,1%	68,4	0,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	87,8	63,1	80,2	17,1	27,1%	-7,6	-8,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.442,9	21.211,4	13.533,1	-7.678,3	-36,2%	90,2	0,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.691,6	5.535,5	5.808,6	273,1	4,9%	117,0	2,1%
Abono	2.711,2	2.366,5	2.759,8	393,3	16,6%	48,6	1,8%
Seguro Desemprego	2.980,4	3.169,0	3.048,8	-120,2	-3,8%	68,4	2,3%
d/q Seguro Defeso	480,6	198,2	421,3	223,1	112,5%	-59,3	-12,3%
IV.3.2 Anistiados	18,6	12,3	21,9	9,6	77,8%	3,3	17,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	49,3	42,6	46,0	3,3	7,8%	-3,3	-6,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.531,9	4.537,0	4.595,2	58,2	1,3%	63,3	1,4%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	46,8	29,0	39,1	10,0	34,4%	-7,8	-16,6%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	486,9	464,4	0,0	-464,4	-100,0%	-486,9	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	79,0	13,0	38,3	25,3	195,1%	-40,7	-51,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.038,7	892,9	887,7	-5,3	-0,6%	-151,0	-14,5%
IV.3.10 Convênios	16,6	0,0	0,0	0,0	-	-16,6	-100,0%
IV.3.11 Doações	5,6	0,0	0,0	0,0	-	-5,6	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	16,5	37,8	30,3	-7,5	-19,9%	13,8	83,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	945,1	2.925,2	963,9	-1.961,3	-67,0%	18,8	2,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	149,3	105,7	105,8	0,2	0,2%	-43,4	-29,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,1	159,7	159,2	-0,5	-0,3%	-8,0	-4,8%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fóiseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	96,3	85,0	419,2	334,2	393,2%	322,9	335,3%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	0,2	6.064,2	186,0	-5.878,1	-96,9%	185,8	-
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	34,9	6.065,5	186,3	-5.879,2	-96,9%	151,4	433,4%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	22,9	603,2	7,5	-595,8	-98,8%	-15,4	-67,3%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-46,9	58,8	22,8	-36,0	-61,2%	69,7	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	37,6	0,0	-37,6	-	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-48,8	9,4	-3,0	-12,4	-	45,8	-93,8%
Garantia à Sustentação de Preços	1,8	11,8	25,8	14,0	118,9%	24,0	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	23,6	1.456,4	34,3	-1.422,1	-97,6%	10,7	45,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	25,9	1.463,4	14,9	-1.448,5	-99,0%	-11,0	-42,6%
Concessão de Financiamento	-2,3	-7,0	19,4	26,4	-	21,7	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	91,3	76,6	99,5	22,9	30,0%	8,2	9,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	47,8	53,5	66,1	12,6	23,6%	18,3	38,2%
Concessão de Financiamento	43,5	23,1	33,4	10,3	44,7%	-10,1	-23,2%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	1,3	155,8	17,4	-138,4	-88,9%	16,1	-
IV.3.20.1.7 Ácool	0,0	16,4	0,0	-16,4	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-4,2	-19,5	-9,0	10,5	-54,0%	-4,7	111,1%
IV.3.20.1.12 Funcafé	2,5	6,7	11,1	4,4	65,8%	8,6	352,3%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	5,5	0,0	-5,5	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	3,0	2.835,0	1,6	-2.833,4	-99,9%	-1,4	-45,5%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	3,4	0,0	-3,4	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-65,6	0,0	0,0	0,0	-	65,6	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,8	21,5	0,8	-20,6	-96,2%	0,0	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-2,9	-0,1	2,7	-95,0%	-0,1	-
IV.3.20.2 Proagro	76,0	0,0	0,0	0,0	-	-76,0	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-110,7	-1,3	-0,3	1,0	-78,2%	110,4	-99,7%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	10,8	19,7	23,4	3,7	19,0%	12,6	117,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	145,2	35,9	182,1	146,2	407,0%	36,9	25,4%
IV.3.23 FIES	-5,9	280,6	65,6	-215,0	-76,6%	71,5	-
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	18.952,9	15.280,8	16.956,4	1.675,6	11,0%	-1.996,5	-10,5%
IV.4.1 Discretionárias Executivo	18.158,8	14.556,1	16.103,7	1.547,5	10,6%	-2.055,1	-11,3%
IV.4.1.1 PAC	1.182,4	690,2	1.249,4	559,3	81,0%	67,0	5,7%
d/q MCMV	84,3	79,4	97,7	18,3	23,1%	13,4	15,9%
IV.4.1.2 Demais	16.976,3	13.866,0	14.854,3	988,3	7,1%	-2.122,1	-12,5%
Min. da Saúde	9.456,6	7.244,8	7.466,1	221,4	3,1%	-1.990,5	-21,0%
Min. do Des. Social	2.788,3	2.527,6	2.628,7	101,2	4,0%	-159,6	-5,7%
Min. da Educação	2.062,5	1.209,4	1.750,0	540,6	44,7%	-312,5	-15,2%
Demais	2.668,9	2.884,2	3.009,3	125,1	4,3%	340,4	12,8%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEIU/MPU	794,1	724,6	852,7	128,1	17,7%	58,6	7,4%
Legislativo	99,8	108,4	135,7	27,3	25,2%	35,8	35,9%
Judiciário	536,9	503,8	577,7	73,8	14,7%	40,8	7,6%
Demais	157,4	112,4	139,3	26,9	23,9%	-18,0	-11,5%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
#REF!



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/17	
IV. DESPESA TOTAL	196.123,9	202.828,9	6.705,0	3,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	82.219,6	87.771,1	5.551,4	6,8%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	64.245,1	69.032,0	4.786,9	7,5%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	59,9	583,2	-8,7	-1,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	17.974,5	18.739,1	764,6	4,3%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	166,6	159,5	-7,1	-4,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	46.100,5	48.192,6	2.092,1	4,5%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	221,0	143,1	-77,9	-35,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	37.259,3	34.676,8	-2.582,5	-6,9%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.227,6	11.326,4	98,8	0,9%
Abono	5.058,9	5.118,8	59,9	1,2%
Seguro Desemprego	6.168,7	6.207,6	38,9	0,6%
d/q Seguro Defeso	750,2	619,0	-131,3	-17,5%
IV.3.2 Anistiados	30,9	34,1	3,2	10,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	92,8	88,5	-4,3	-4,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8.693,1	9.117,7	424,6	4,9%
d/q <i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	91,1	68,0	-23,1	-25,3%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	-10,6	-2,2%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	169,9	51,2	-118,6	-69,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.079,3	1.777,8	-301,5	-14,5%
IV.3.10 Convênios	25,0	0,0	-25,0	-100,0%
IV.3.11 Doações	7,9	0,0	-7,9	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	34,4	67,9	33,5	97,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	3.534,0	3.879,8	345,9	9,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	239,8	211,2	-28,6	-11,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	325,0	318,3	-6,7	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	195,9	504,0	308,0	157,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	8.981,2	6.230,9	-2.750,3	-30,6%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	8.941,1	6.232,5	-2.708,6	-30,3%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.100,9	608,8	-492,0	-44,7%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.169,1	846,4	-322,6	-27,6%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-10,3	81,4	91,7	-
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	40,8	37,5	-3,3	-8,1%
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	-52,8	6,4	59,2	-
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	1,8	37,6	35,8	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.065,2	1.486,0	-579,2	-28,0%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	2.054,4	1.473,6	-580,8	-28,3%
<i>Concessão de Financiamento</i>	10,8	12,4	1,6	14,6%
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	207,9	175,8	-32,1	-15,4%
<i>Equalização Empréstimo do Governo Federal</i>	93,6	119,4	25,8	27,6%
<i>Concessão de Financiamento</i>	114,3	56,4	-57,9	-50,6%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	43,5	172,6	129,1	296,9%
IV.3.20.1.7 Álcool	25,6	16,3	-9,3	-36,4%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-14,6	-28,4	-13,8	94,4%
IV.3.20.1.12 Funcafé	15,1	17,8	2,6	17,5%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,2	5,4	-3,8	-41,2%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.366,1	2.827,6	-1.538,5	-35,2%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	3,4	0,2	7,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-63,7	0,0	63,7	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Sub. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,9	22,2	-1,7	-7,3%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-3,0	-3,0	-
IV.3.20.2 Proagro	147,8	0,0	-147,8	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-107,7	-1,6	106,1	-98,5%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	22,6	43,0	20,4	90,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	156,6	217,9	61,3	39,2%
IV.3.23 FIES	970,0	345,2	-624,8	-64,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	30.544,5	32.188,4	1.644,0	5,4%
IV.4.1 Discretionárias Executivo	29.240,1	30.613,4	1.373,3	4,7%
IV.4.1.1 PAC	1.934,2	1.937,4	3,2	0,2%
d/q MCMV	159,8	176,8	17,0	10,6%
IV.4.1.2 Demais	27.305,9	28.676,0	1.370,1	5,0%
<i>Min. da Saúde</i>	13.695,1	14.687,8	992,7	7,2%
<i>Min. do Des. Social</i>	5.324,4	5.148,3	-176,1	-3,3%
<i>Min. da Educação</i>	3.726,6	2.955,5	-771,1	-20,7%
<i>Demais</i>	4.559,7	5.884,4	1.324,7	29,1%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	1.304,4	1.575,0	270,7	20,8%
Legislativo	159,5	243,7	84,2	52,8%
Judiciário	888,0	1.079,9	192,0	21,6%
Demais	256,9	251,4	-5,5	-2,1%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Fev/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Fev	2018 Jan-Fev	Diferença Jan-Fev/17 Jan-Fev/16	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	202.045,5	203.166,1	1.120,6	0,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	84.695,4	87.909,8	3.214,5	3,8%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano <i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	66.179,4	69.141,2	2.961,9	4,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural <i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	18.516,0	18.768,6	252,6	1,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais <i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	47.494,2	48.274,6	780,4	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	38.401,3	34.744,4	-3.656,9	-9,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.566,3	11.344,1	-222,2	-1,9%
<i>Abono</i>	5.211,1	5.126,4	-84,7	-1,6%
<i>Seguro Desemprego</i>	6.355,3	6.217,7	-137,5	-2,2%
<i>d/q Seguro Defeso</i>	772,5	619,6	-153,0	-19,8%
IV.3.2 Anistiados	31,8	34,2	2,4	7,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	95,6	88,6	-6,9	-7,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV <i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	8.954,9	9.132,1	177,2	2,0%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	93,8	68,1	-25,7	-27,4%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	486,9	464,4	-22,5	-4,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	175,0	51,3	-123,7	-70,7%
IV.3.10 Convênios	2.142,1	1.780,6	-361,4	-16,9%
IV.3.11 Doações	25,7	0,0	-25,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	8,1	0,0	-8,1	-100,0%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	35,5	68,0	32,5	91,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	3.643,4	3.889,2	245,8	6,7%
IV.3.15 FDA/FDNE	246,9	211,5	-35,4	-14,3%
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	334,8	318,8	-16,0	-4,8%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	201,9	504,2	302,4	149,8%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.267,2	6.250,2	-3.017,0	-32,6%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	9.225,7	6.251,9	-2.973,9	-32,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.135,8	610,7	-525,1	-46,2%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.206,3	849,1	-357,1	-29,6%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas <i>Equalização Emprestimo do Governo Federal</i>	-10,5	81,6	92,1	-
<i>Equalização Aquisições do Governo Federal</i>	42,1	37,6	-4,5	-10,6%
<i>Garantia à Sustentação de Preços</i>	-54,3	6,4	60,7	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	1.12	12,4	1,2	10,8%
<i>Equalização Emprestimo do Governo Federal</i>	2.130,9	1.490,7	-640,3	-30,0%
<i>Concessão de Financiamento</i>	2.119,8	1.478,3	-641,5	-30,3%
<i>Aquisição</i>	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	214,2	176,1	-38,1	-17,8%
<i>Equalização Emprestimo do Governo Federal</i>	96,4	119,6	23,2	24,0%
<i>Concessão de Financiamento</i>	117,8	56,5	-61,3	-52,0%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	44,9	173,1	128,3	285,8%
IV.3.20.1.7 Álcool	26,5	16,4	-10,1	-38,1%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-15,0	-28,4	-13,4	89,0%
IV.3.20.1.12 Funcafé	15,6	17,8	2,2	14,1%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,5	5,5	-4,1	-42,8%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.505,1	2.836,7	-1.668,5	-37,0%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,3	3,4	0,1	4,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-65,6	0,0	65,6	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subs. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	24,7	22,3	-2,4	-9,8%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-3,0	-3,0	-
IV.3.20.2 Proagro	152,3	0,0	-152,3	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-110,8	-1,6	109,1	-98,5%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	23,3	43,0	19,7	84,8%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	161,1	218,0	56,9	35,3%
IV.3.23 FIES	1.000,9	346,1	-654,8	-65,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discretionárias - Todos os Poderes	31.454,5	32.237,2	782,6	2,5%
IV.4.1 Discretionárias Executivo	30.111,2	30.659,8	548,6	1,8%
IV.4.1.1 PAC	1.991,9	1.939,6	-52,3	-2,6%
<i>d/q MCMV</i>	164,6	177,0	12,4	7,5%
IV.4.1.2 Demais	28.119,3	28.720,2	600,9	2,1%
<i>Min. da Saúde</i>	14.100,0	14.710,9	610,9	4,3%
<i>Min. do Des. Social</i>	5.484,7	5.156,3	-328,4	-6,0%
<i>Min. da Educação</i>	3.838,5	2.959,4	-879,1	-22,9%
<i>Demais</i>	4.696,1	5.893,6	1.197,5	25,5%
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	1.343,3	1.577,3	234,1	17,4%
<i>Legislativo</i>	164,3	244,1	79,8	48,6%
<i>Judiciário</i>	914,5	1.081,5	167,1	18,3%
<i>Demais</i>	264,6	251,8	-12,8	-4,8%

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	Jan-Fev/2017						Jan-Fev/2018					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	65.879,2	2.069,2	321,5	254,0	2.714,5	2.968,5	54.539,7	2.609,2	1.690,1	207,1	2.882,5	3.089,6
Câmara dos Deputados	130,3	2,0	0,3	0,2	2,5	2,7	127,7	3,4	1,5	0,1	1,2	2,3
Senado Federal	30,1	1,9	0,2	0,2	1,1	1,3	49,6	3,2	0,0	0,0	3,3	3,4
Tribunal de Contas da União	61,6	5,6	0,2	0,2	11,7	11,9	22,4	5,4	0,0	0,0	2,1	2,1
Supremo Tribunal Federal	26,1	3,1	0,0	0,0	0,4	0,4	41,9	0,7	0,2	0,2	7,2	7,4
Superior Tribunal de Justiça	30,2	1,8	0,0	0,0	1,1	1,1	33,5	0,1	0,0	0,0	2,1	2,2
Justiça Federal	394,9	16,3	1,2	1,2	10,3	11,5	281,4	65,8	0,8	0,7	32,2	32,9
Justiça Militar	6,9	0,1	0,0	0,0	0,3	0,3	9,1	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6
Justiça Eleitoral	505,1	5,3	0,2	0,2	9,9	10,1	476,8	96,3	1,0	0,9	15,3	16,2
Justiça do Trabalho	612,8	44,3	0,2	0,2	19,4	0,0	694,1	239,2	1,9	1,8	47,5	49,3
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	127,7	0,6	0,0	0,0	1,2	1,2	25,1	1,6	0,0	0,0	12,4	12,5
Conselho Nacional de Justiça	46,0	0,2	0,1	0,1	1,0	1,0	49,9	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1
Presidência da República ^{5/}	1.202,8	7,3	0,3	0,2	15,1	15,3	1.225,9	24,7	0,4	0,3	57,6	58,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.260,8	0,2	0,0	0,0	7,9	7,9	2.304,9	4,8	0,0	2,3	15,4	15,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.068,4	0,5	0,0	0,0	22,0	22,0	902,0	0,0	0,0	0,9	20,5	20,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.288,6	51,8	14,9	14,6	75,3	89,9	706,8	242,5	61,9	56,1	91,5	91,5
Ministério da Fazenda	1.939,4	21,6	9,0	9,0	41,3	50,3	1.188,8	60,0	2,2	1,8	36,1	37,9
Ministério da Educação	6.407,0	44,4	6,8	4,4	420,6	425,0	5.268,5	190,7	4,2	0,7	360,2	360,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	77,9	0,4	0,2	0,2	0,3	0,5	107,4	4,2	0,0	0,0	4,3	4,3
Defensoria Pública da União	30,3	5,5	0,1	0,1	0,9	0,9	7,0	0,4	0,0	0,0	3,0	3,0
Ministério da Justiça	1.275,1	26,4	0,1	0,1	97,4	97,5	1.392,5	69,5	0,0	0,0	399,5	399,5
Ministério de Minas e Energia	70,2	0,3	0,1	0,0	2,4	2,5	80,1	1,5	0,0	0,0	2,4	2,4
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	260,7	22,8	0,9	0,9	16,7	17,6	92,0	10,0	0,4	0,3	25,6	26,0
Ministério das Relações Exteriores	28,7	0,3	0,2	0,2	1,4	1,7	61,5	0,4	0,2	0,1	7,2	7,4
Ministério da Saúde	7.254,8	66,6	46,6	46,1	126,1	172,2	5.431,0	54,2	3,0	5,4	186,4	189,1
Ministério da Transparéncia, Fiscalização e CGU	14,9	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	18,5	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério dos Transportes	14.092,9	846,4	5,9	5,1	992,3	997,4	11.125,2	1.524,1	148,8	142,3	804,6	946,9
Ministério do Trabalho e Previdência Social	99,1	0,3	0,0	0,0	1,8	1,8	64,2	5,8	0,0	0,1	29,6	29,6
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Cultura	362,3	25,6	8,2	6,7	13,4	20,1	228,2	0,2	0,0	0,2	17,8	17,8
Ministério do Meio Ambiente	562,6	6,9	0,7	0,7	5,7	6,4	99,6	0,0	0,0	0,1	3,0	3,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Esporte	742,6	0,0	0,0	0,0	29,5	29,5	654,0	0,0	0,0	0,7	6,1	6,1
Ministério da Defesa	9.846,6	491,5	62,7	0,9	316,7	317,7	10.157,5	0,0	1.450,3	10,2	414,9	420,0
Ministério da Integração Nacional	5.247,0	90,8	22,0	22,0	265,2	287,2	4.243,4	0,0	12,9	4,2	171,3	184,2
Ministério do Turismo	433,2	0,0	0,0	0,0	27,5	27,5	808,1	0,0	0,0	0,8	42,2	42,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	396,4	0,6	0,0	0,0	4,6	4,6	164,4	0,0	0,3	0,3	29,1	29,4
Ministério das Cidades	9.919,6	277,4	140,3	140,3	154,5	294,8	6.297,6	0,0	0,0	0,0	49,6	49,6
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Agricultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	5,1	0,0	0,0	0,0	1,1	1,1
Advocacia Geral da União	20,8	0,0	0,0	0,0	0,9	0,9	16,1	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	77,8	0,0	0,0	0,0	13,8	13,8

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Correspondem ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017 Fevereiro	2017/2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
		Janeiro	Fevereiro				
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	25.800,4	10.947,1	6.663,1	-4.284,0	135,7%	-19.137,4	-74,2%
Emissão de Títulos	16.335,0	2.638,3	-2.638,3	-5.276,6	-	-18.973,3	-
Remuneração das Disponibilidades	8.219,5	7.191,8	8.200,6	1.008,8	14,0%	-18,9	-0,2%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.246,0	1.116,9	1.100,8	-16,1	-1,4%	-145,2	-11,7%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	7.000,0	81.000,0	8.000,0	-73.000,0	-90,1%	1.000,0	14,3%
Resgate de Títulos	25,9	62.000,0	0,0	-62.000,0	-	-25,9	-100,0%
Encargos da DPMF	6.974,1	19.000,0	8.000,0	-11.000,0	-57,9%	1.025,9	14,7%
3. RESULTADO (1 - 2)	18.800,4	-70.052,9	-1.336,9	68.716,0	-98,1%	-20.137,4	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

**Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes**



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%) Jan-Fev/18 Jan-Fev/17
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/18	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	35.774,1	17.610,1	-18.164,0	-50,8%
Emissão de Títulos	16.335,0	0,0	-16.335,0	-
Remuneração das Disponibilidades	16.859,1	15.392,4	-1.466,7	-8,7%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.580,0	2.217,7	-362,3	-14,0%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	91.500,0	89.000,0	-2.500,0	-2,7%
Resgate de Títulos	81.025,9	62.000,0	-19.025,9	-23,5%
Encargos da DPMF	10.474,1	27.000,0	16.525,9	157,8%
3. RESULTADO (1 - 2)	-55.725,9	-71.389,9	-15.664,0	28,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2017/2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
		Fevereiro	Janeiro			Fev/18	Fev/17
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA							
Dívida Interna	1.977.290,5	2.392.530,0	2.447.595,8	55.065,8	2,3%	470.305,3	23,8%
DPMFI em Poder do Públíco^{1/}	3.020.741,4	3.405.463,0	3.456.559,7	51.096,8	1,5%	435.818,3	14,4%
LFT	920.837,4	1.135.595,3	1.151.469,7	15.874,4	1,4%	230.632,3	25,0%
LTN	740.389,2	815.112,5	844.782,9	29.670,4	3,6%	103.793,7	14,0%
NTN-B	905.107,8	963.792,7	961.236,3	-2.556,4	-0,3%	56.128,4	6,2%
NTN-C	85.229,1	72.796,1	569,1	0,8%	-11.864,0	-13,9%	
NTN-F	319.087,1	367.220,6	374.670,3	7.449,8	2,0%	55.583,2	17,4%
Dívida Securitizada	7.964,5	6.705,8	6.402,5	-303,3	-4,5%	-1.562,0	-19,6%
Demais Títulos em Poder do Públíco	41.526,2	44.240,0	44.632,8	392,8	0,9%	-1,0	7,5%
DPMFI em Poder do Banco Central	1.595.761,0	1.670.284,8	1.674.257,6	3.972,8	0,2%	78.496,6	4,9%
LFT	475.351,1	547.413,3	549.976,2	2.562,9	0,5%	74.625,1	15,7%
LTN	384.714,4	389.278,3	392.455,0	3.176,7	0,8%	7.740,7	2,0%
Demais Títulos na Carteira do BCB	735.695,5	733.593,1	731.826,4	-1.766,7	-0,2%	-3.869,1	-0,5%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-39.119,2	-41.298,6	-38.931,3	2.367,2	-5,7%	187,8	-0,5%
Demais Obrigações Internas	7.921,3	4.602,5	4.571,2	-31,4	-0,7%	-3.350,1	-42,3%
Haveres Internos	2.608.014,0	2.646.521,7	2.648.861,4	2.339,6	0,1%	40.847,4	1,6%
Disponibilidades Internas	963.839,4	987.539,6	984.495,5	-3.044,0	-0,3%	20.656,1	2,1%
Haveres junto aos Governos Regionais	564.241,6	578.274,7	580.385,7	2.111,0	0,4%	16.144,1	2,9%
Bônus Renegociados	4.790,9	4.864,8	5.005,4	140,6	2,9%	214,6	4,5%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	610,5	540,5	533,6	-6,8	-1,3%	-76,9	-12,6%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	15.635,5	17.251,4	17.602,2	350,9	2,0%	1.966,7	12,6%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	11.248,4	9.629,3	9.578,8	-50,5	-0,5%	-1.669,6	-14,8%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	496.710,9	512.242,4	514.653,4	2.411,1	0,5%	17.942,6	3,6%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	32.786,3	31.701,7	31.700,8	-0,9	0,0%	-1.085,5	-3,3%
Antecipação de Royalties	2.401,6	2.032,3	1.298,9	-733,5	-36,1%	-1.102,8	-45,9%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	57,5	12,4	12,5	0,1	1,0%	-45,0	-78,2%
Haveres da Administração Indireta	497.106,0	527.041,1	529.167,8	2.126,7	0,4%	32.061,8	6,4%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	229.747,1	245.701,0	246.347,2	646,3	0,3%	16.600,1	7,2%
Fundos Constitucionais Regionais	118.107,5	129.108,1	130.448,2	1.340,1	1,0%	12.340,8	10,4%
Fundos Diversos	149.251,4	152.232,0	152.372,3	140,3	0,1%	3.121,0	2,1%
Haveres Administrados pela STN	582.827,0	553.666,3	554.812,3	1.146,0	0,2%	-28.014,7	-4,8%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	200,9	18,0	18,2	0,1	0,7%	-182,7	-91,0%
Haveres de Operações Estruturadas	21.381,5	18.285,2	17.200,3	-1.084,9	-5,9%	-4.181,2	-19,6%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	537.026,5	512.894,1	515.038,7	2.144,6	0,4%	-21.987,8	-4,1%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.218,1	22.469,0	22.555,2	86,2	0,4%	-1.663,0	-6,9%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	112.892,3	121.998,2	124.717,6	2.719,3	2,2%	11.825,3	10,5%
Dívida Externa	113.931,2	122.846,5	125.589,1	2.742,6	2,2%	11.657,9	10,2%
Dívida Mobiliária	103.601,3	110.221,4	112.924,2	2.702,8	2,5%	9.322,9	9,0%
Euro	4.441,0	4.024,6	4.052,2	27,6	0,7%	-388,8	-8,8%
Global US\$	88.681,0	95.812,6	98.404,0	2.591,4	2,7%	9.723,0	11,0%
Global BRL	10.479,3	10.384,1	10.468,0	83,9	0,8%	-11,3	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Dívida Contratual	10.329,9	12.625,1	12.664,9	39,8	0,3%	2.335,0	22,6%
Organismos Multilaterais	3.475,4	3.216,0	3.303,3	87,4	2,7%	-172,1	-5,0%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.854,5	9.409,1	9.361,5	-47,6	-0,5%	2.507,0	36,6%
Haveres Externos	1.038,9	848,2	871,5	23,3	2,7%	-167,4	-16,1%
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	1.038,9	848,2	871,5	23,3	2,7%	-167,4	-16,1%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	2.090.182,8	2.514.528,2	2.572.313,4	57.785,1	2,3%	482.130,5	23,1%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB^{2/}	33,1%	38,2%	39,0%	0,7%	1,9%	5,81%	17,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017 Fevereiro	2017/2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
		Janeiro	Fevereiro				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	57.650,5	111.034,5	68.349,3	-42.685,2	-38,4%	10.698,8	18,6%
I.1.1 Imposto de Importação	2.065,8	3.238,7	2.840,2	-398,5	-12,3%	774,4	37,5%
I.1.2 IPI	3.274,7	4.655,9	3.963,6	-692,4	-14,9%	688,9	21,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	417,2	530,5	458,8	-71,7	-13,5%	41,6	10,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	232,1	316,5	224,8	-91,7	-29,0%	-7,3	-3,2%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	247,5	396,8	294,1	-102,7	-25,9%	46,7	18,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	822,0	1.321,7	1.174,4	-147,2	-11,1%	352,4	42,9%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.555,8	2.090,5	1.811,5	-279,1	-13,4%	255,6	16,4%
I.1.3 Imposto de Renda	22.763,5	48.552,5	25.372,7	-23.179,9	-47,7%	2.609,2	11,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	945,1	1.509,4	1.198,1	0,6	-20,6%	253,0	26,8%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	8.166,4	23.996,8	9.688,4	-14.308,4	-59,6%	1.522,0	18,6%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	13.652,0	23.046,3	14.486,2	-8.560,1	-37,1%	834,2	6,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.969,3	12.799,4	8.589,7	-4.209,6	-32,9%	620,5	7,8%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.486,7	5.112,4	3.124,9	-1.987,5	-38,9%	-361,7	-10,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.416,0	3.893,4	1.940,1	-1.953,3	-50,2%	524,1	37,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	780,0	1.241,1	831,4	-409,7	-33,0%	51,4	6,6%
I.1.4 IOF	2.806,1	2.905,5	2.901,3	-4,2	-0,1%	95,1	3,4%
I.1.5 COFINS	15.891,0	22.231,8	19.419,9	-2.811,8	-12,6%	3.528,9	22,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.455,5	6.026,0	5.253,7	-772,3	-12,8%	798,2	17,9%
I.1.7 CSLL	4.360,8	14.396,2	5.263,7	-9.132,5	-63,4%	902,9	20,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	427,8	444,8	417,6	-27,2	-6,1%	-10,2	-2,4%
I.1.10 Outras	1.605,3	8.583,0	2.916,6	-5.666,4	-66,0%	1.311,4	81,7%

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB ^ Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
 R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2016	2017	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/16	Jan-Fev/15
I.1 - Receita Administrada pela RFB	155.338,7	179.383,8	24.045,1	15,5%
I.1.1 Imposto de Importação	4.753,0	6.078,9	1.325,9	27,9%
I.1.2 IPI	7.079,4	8.619,5	1.540,1	21,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	625,3	989,2	363,9	58,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	534,2	541,3	7,1	1,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	620,9	691,0	70,1	11,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.924,1	2.496,1	571,9	29,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	3.374,9	3.902,0	527,1	15,6%
I.1.3 Imposto de Renda	69.910,4	73.925,2	4.014,8	5,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.541,7	2.707,5	-834,2	-23,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	31.095,5	33.685,3	2.589,8	8,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	35.273,3	37.532,4	2.259,1	6,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	19.986,0	21.389,1	1.403,1	7,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	8.881,6	8.237,3	-644,3	-7,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	4.549,8	5.833,5	1.283,7	28,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.855,9	2.072,4	216,6	11,7%
I.1.3.4 IOF	5.796,5	5.806,8	10,3	0,2%
I.1.5 COFINS	34.967,5	41.651,7	6.684,2	19,1%
I.1.6 PIS/PASEP	9.741,7	11.279,7	1.538,1	15,8%
I.1.7 CSLL	18.810,0	19.659,9	849,8	4,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	927,3	862,4	-64,9	-7,0%
I.1.10 Outras	3.352,9	11.499,7	8.146,8	243,0%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
		Fevereiro	Janeiro				
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	25.385,0	19.856,2	27.223,4	7.367,2	37,1%	1.838,4	7,2%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	19.489,8	16.290,0	21.155,3	4.865,3	29,9%	1.665,5	8,5%
I.2 Fundos Constitucionais	1.075,6	653,3	120,7	-532,6	-81,5%	-954,9	-88,8%
I.2.1 Repasse Total	1.540,5	1.069,9	756,1	-313,8	-29,3%	-784,4	-50,9%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-465,0	-416,6	-635,4	-218,8	52,5%	-170,5	36,7%
I.3 Contribuição do Salário Educação	1.636,5	981,4	1.698,1	716,6	73,0%	61,6	3,8%
I.4 Compensações Financeiras	3.156,7	1.326,6	4.238,7	2.912,1	219,5%	1.082,0	34,3%
I.5 CIDE - Combustíveis	0,0	424,7	0,0	-424,7	-100,0%	0,0	-
I.6 Demais	26,3	180,2	10,6	-169,6	-94,1%	-15,7	-59,8%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	15,2	9,7	0,0	-9,7	-100,0%	-15,2	-100,0%
I.6.3 IOF Ouro	1,5	1,5	1,1	-0,4	-28,4%	-0,5	-31,3%
I.6.4 ITR	9,6	79,0	9,5	-69,5	-87,9%	-0,1	-0,9%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	90,0	0,0	-90,0	-100,0%	0,0	-
II. DESPESA TOTAL	95.068,4	103.031,9	96.888,0	-6.143,9	-6,0%	1.819,6	1,9%
II.1 Benefícios Previdenciários	41.980,9	43.954,0	44.230,7	276,7	0,6%	2.249,8	5,4%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	32.584,6	34.450,0	34.526,2	76,2	0,2%	1.941,5	6,0%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.008,2	9.201,2	9.264,4	63,2	0,7%	256,3	2,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	388,0	302,8	440,1	137,3	45,3%	52,0	13,4%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.272,9	23.441,3	22.213,4	-1.227,9	-5,2%	-59,5	-0,3%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.946,1	21.967,8	14.278,3	-7.689,6	-35,0%	332,1	2,4%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	5.534,2	5.674,2	5.652,2	-22,1	-0,4%	118,0	2,1%
II.3.2 Anistiados	24,7	21,2	12,8	-8,5	-39,9%	-12,0	-48,4%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	51,8	43,9	52,5	8,6	19,7%	0,7	1,3%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.409,0	4.539,8	4.597,5	57,7	1,3%	188,6	4,3%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	0,0	-462,9	-100,0%	-473,4	-100,0%
II.3.8 Créditos Extraordinários	111,1	18,4	48,7	30,3	165,1%	-62,4	-56,2%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.010,0	890,1	887,7	-2,4	-0,3%	-122,3	-12,1%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	22,8	11,4	17,9	6,5	56,5%	-4,9	-21,5%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	16,0	37,6	30,3	-7,4	-19,6%	14,2	88,8%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	919,0	2.915,9	963,9	-1.952,0	-66,9%	45,0	4,9%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	144,9	106,7	103,3	-3,4	-3,2%	-41,6	-28,7%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	766,2	659,9	878,7	218,7	33,1%	112,4	14,7%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	91,4	79,0	415,0	336,0	425,3%	323,7	354,3%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	62,9	6.048,9	187,6	-5.861,3	-96,9%	124,7	198,3%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	22,3	601,3	7,5	-593,8	-98,8%	-14,8	-66,4%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	6,1	846,0	0,4	-845,6	-99,9%	-5,7	-92,8%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	37,5	0,0	-37,5	-100,0%	0,0	-100,0%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-47,4	9,4	-3,0	-12,4	-	44,4	-93,7%
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	1,8	11,8	25,8	14,1	119,6%	24,0	-
II.3.19.6 Pronaf	23,0	1.451,7	34,3	-1.417,5	-97,6%	11,3	49,2%
II.3.19.7 Proex	88,8	76,3	99,5	23,2	30,4%	10,7	12,1%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	1,3	155,3	20,0	-135,3	-87,1%	18,7	-
II.3.19.9 Álcool	0,0	16,3	0,0	-16,3	-100,0%	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-4,1	-17,0	-8,6	8,4	-49,5%	-4,4	107,5%
II.3.19.11 Funcafé	1,3	8,3	9,7	1,4	16,7%	8,3	622,5%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	5,4	0,0	-5,4	-100,0%	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,9	2.826,0	1,6	-2.824,4	-99,9%	-1,3	-43,9%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	3,4	0,0	-3,4	-100,0%	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,8	21,4	0,8	-20,6	-96,2%	0,0	3,4%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-2,9	-0,1	2,7	-95,0%	-0,1	-
II.3.19.19 Proagro	73,9	0,0	0,0	0,0	-	-73,9	-100,0%
II.3.19.20 PNFAE	-107,7	-1,3	-0,3	1,0	-78,1%	107,4	-99,7%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	10,9	19,0	23,5	4,5	23,7%	12,5	114,7%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	141,2	0,0	182,1	182,1	-	40,9	29,0%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	-5,8	279,7	65,6	-214,1	-76,6%	71,3	-
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	16.868,4	13.668,8	16.165,7	2.496,9	18,3%	-702,7	-4,2%
Memorando:							
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	120.453,4	122.888,2	124.111,4	1.223,3	1,0%	3.658,0	3,0%
IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	26.463,4	23.231,6	29.325,1	6.093,5	26,2%	2.861,7	10,8%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	26.281,7	23.202,4	29.090,3	5.887,9	25,4%	2.808,7	10,7%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	19.489,8	16.290,0	21.155,3	4.865,3	29,9%	1.665,5	8,5%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	1.636,5	981,4	1.698,1	716,6	73,0%	61,6	3,8%
IV.1.3 Compensações Financeiras	3.156,7	1.326,6	4.238,7	2.912,1	219,5%	1.082,0	34,3%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	0,0	424,7	0,0	-424,7	-100,0%	0,0	-
IV.1.5 Demais	1.998,6	4.179,7	1.998,2	-2.181,4	-52,2%	-0,3	0,0%
IOF Ouro	1,5	1,5	1,1	-0,4	-28,4%	-0,5	-31,3%
ITR	9,6	79,0	9,5	-69,5	-87,9%	-0,1	-0,9%
FUNDEB (Complem. União)	919,0	2.915,9	963,9	-1.952,0	-66,9%	45,0	4,9%
Fundo Constitucional DF - FCDF	1.068,5	1.183,3	1.023,7	-159,5	-13,5%	-44,7	-4,2%
FCDF - OCC	144,9	106,7	103,3	-3,4	-3,2%	-41,6	-28,7%
FCDF - Pessoal	923,5	1.076,6	920,4	-156,1	-14,5%	-3,1	-0,3%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	111,1	18,4	48,7	30,3	165,1%	-62,4	-56,2%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	7,2	3,1	2,5	-0,6	-18,1%	-4,6	-64,5%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	5,9	3,0	2,5	-0,6	-18,5%	-3,4	-58,2%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	1,2	0,1	0,1	0,0	0,4%	-1,2	-94,6%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	63,5	7,8	183,6	175,8	-	120,1	189,2%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	93.990,0	99.656,5	94.786,3	-4.870,3	-4,9%	796,3	0,8%

Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Fev/18 Jan/18	
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	43.003,0	47.079,6	4.076,6	9,5%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	34.742,4	37.445,3	2.702,8	7,8%
I.2 Fundos Constitucionais	870,5	774,1	-96,4	-11,1%
I.2.1 Repasse Total	1.716,4	1.826,1	109,7	6,4%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-845,9	-1.052,0	-206,1	24,4%
I.3 Contribuição do Salário Educação	2.570,7	2.679,5	108,7	4,2%
I.4 Compensações Financeiras	4.182,5	5.565,4	1.382,8	33,1%
I.5 CIDE - Combustíveis	433,5	424,7	-8,8	-2,0%
I.6 Demais	203,3	190,8	-12,5	-6,2%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	24,5	9,7	-14,8	-60,5%
I.6.3 IOF Ouro	3,2	2,5	-0,7	-21,7%
I.6.4 ITR	83,0	88,6	5,6	6,8%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	92,6	90,0	-2,6	-2,8%
II. DESPESA TOTAL	194.661,6	199.920,0	5.258,4	2,7%
II.1 Benefícios Previdenciários	82.923,9	88.184,6	5.260,8	6,3%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	64.257,3	68.976,2	4.718,9	7,3%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	17.889,3	18.465,6	576,3	3,2%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	777,3	742,8	-34,5	-4,4%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	43.926,5	45.654,7	1.728,3	3,9%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	38.752,9	36.246,1	-2.506,9	-6,5%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	11.226,8	11.326,4	99,6	0,9%
II.3.2 Anistiados	40,4	34,0	-6,4	-15,8%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	93,1	96,4	3,2	3,5%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8.738,9	9.137,3	398,4	4,6%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	473,4	462,9	-10,6	-2,2%
II.3.8 Créditos Extraordinários	262,3	67,0	-195,3	-74,5%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.079,3	1.777,8	-301,5	-14,5%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doenças	43,2	29,3	-13,9	-32,1%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	34,4	67,9	33,5	97,2%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	3.534,0	3.879,8	345,9	9,8%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	235,2	210,0	-25,2	-10,7%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.284,3	1.538,6	254,3	19,8%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	325,0	318,3	-6,7	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	192,6	494,0	301,5	156,6%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.041,5	6.236,5	-2.805,0	-31,0%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.100,9	608,8	-492,0	-44,7%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.169,1	846,4	-322,6	-27,6%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,8	37,5	-3,3	-8,1%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-52,8	6,4	59,2	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	1,8	37,6	35,8	-
II.3.19.6 Pronaf	2.065,2	1.486,0	-579,2	-28,0%
II.3.19.7 Proex	207,9	175,8	-32,1	-15,4%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	43,5	175,2	131,7	302,8%
II.3.19.9 Álcool	25,6	16,3	-9,3	-36,4%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-14,6	-25,5	-10,9	74,8%
II.3.19.11 Funcafé	15,1	17,9	2,8	18,6%
II.3.19.12 Revitaliza	5,8	5,4	-0,4	-6,1%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.366,1	2.827,6	-1.538,5	-35,2%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	3,4	0,2	7,1%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.16 Sub. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,9	22,2	-1,7	-7,3%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-3,0	-3,0	-
II.3.19.19 Proagro	147,8	0,0	-147,8	-100,0%
II.3.19.20 PNAFE	-107,7	-1,6	106,1	-98,5%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	21,9	42,4	20,5	93,6%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	156,6	182,1	25,5	16,3%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	970,0	345,2	-624,8	-64,4%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	29.058,3	29.834,5	776,2	2,7%
Memorando:				
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	237.664,6	246.999,6	9.335,0	3,9%
IV. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	48.049,3	52.556,8	4.507,5	9,4%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	47.695,8	52.292,7	4.596,9	9,6%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	34.742,4	37.445,3	2.702,8	7,8%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	2.570,7	2.679,5	108,7	4,2%
IV.1.3 Compensações Financeiras	4.182,5	5.565,4	1.382,8	33,1%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	433,5	424,7	-8,8	-2,0%
IV.1.5 Demais	5.766,6	6.177,9	411,3	7,1%
<i>IOF Ouro</i>	3,2	2,5	-0,7	-21,7%
<i>ITR</i>	83,0	88,6	5,6	6,8%
<i>FUNDEB (Complem. União)</i>	3.534,0	3.879,8	345,9	9,8%
<i>Fundo Constitucional DF - FCDF</i>	2.146,5	2.207,0	60,5	2,8%
<i>FCDF - OCC</i>	235,2	210,0	-25,2	-10,7%
<i>FCDF - Pessoal</i>	1.911,3	1.997,0	85,7	4,5%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	262,3	67,0	-195,3	-74,5%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	190,6%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	20,8	5,6	-15,2	-72,9%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	18,5	5,5	-13,0	-70,3%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	2,3	0,1	-2,1	-94,1%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	70,3	191,4	121,1	172,1%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	189.615,3	194.442,8	4.827,5	2,5%

Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Mensal
 R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017		2018		Diferença Fev/18 Jan/18	Variação (%)	Diferença Fev/18 Fev/17	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro					
I. DESPESA TOTAL	120.453,4	122.888,2	124.111,4	1.223,3	1,0%	3.658,0	3,0%	
I.1 Poder Executivo	116.362,7	117.442,3	119.792,4	2.350,1	2,0%	3.429,7	2,9%	
I.2 Poder Legislativo	809,1	934,0	871,1	-62,9	-6,7%	62,0	7,7%	
I.2.1 Câmara dos Deputados	381,2	454,6	430,8	-23,8	-5,2%	49,6	13,0%	
I.2.2 Senado Federal	284,9	318,3	299,0	-19,3	-6,1%	14,1	5,0%	
I.2.3 Tribunal de Contas da União	143,0	161,1	141,3	-19,7	-12,2%	-1,7	-1,2%	
I.3 Poder Judiciário	2.827,9	3.847,8	2.968,1	-879,7	-22,9%	140,3	5,0%	
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	39,2	52,1	44,7	-7,4	-14,1%	5,5	13,9%	
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	92,7	122,4	95,9	-26,5	-21,7%	3,2	3,5%	
I.3.3 Justiça Federal	727,0	1.066,7	769,3	-297,4	-27,9%	-	5,8%	
I.3.4 Justiça Militar da União	35,5	33,5	38,4	4,9	14,6%	2,8	7,9%	
I.3.5 Justiça Eleitoral	466,8	588,1	498,3	-89,8	-15,3%	31,5	6,7%	
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.282,8	1.729,5	1.326,5	-402,9	-23,3%	43,8	3,4%	
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	174,5	245,1	186,0	-59,0	-24,1%	11,5	6,6%	
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,3	10,6	9,1	-1,5	-14,4%	-0,3	-3,0%	
I.4. Defensoria Pública da União	41,1	53,5	40,6	-12,9	-24,1%	-0,5	-1,3%	
I.5 Ministério Público da União	412,6	610,6	439,2	-171,4	-28,1%	26,6	6,4%	
I.5.1 Ministério Público da União	407,6	605,5	434,0	-171,5	-28,3%	26,4	6,5%	
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,9	5,1	5,2	0,1	1,3%	0,2	4,8%	
Memorando:								
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	93.990,0	99.656,5	94.786,3	-4.870,3	-4,9%	796,3	0,8%	
II.1 Poder Executivo	89.920,9	94.214,3	90.469,9	-3.744,4	-4,0%	549,0	0,6%	
II.2 Poder Legislativo	805,2	934,0	871,1	-62,9	-6,7%	65,9	8,2%	
II.2.1 Câmara dos Deputados	377,3	454,6	430,8	-23,8	-5,2%	53,5	14,2%	
II.2.2 Senado Federal	284,9	318,3	299,0	-19,3	-6,1%	14,1	5,0%	
II.2.3 Tribunal de Contas da União	143,0	161,1	141,3	-19,7	-12,2%	-1,7	-1,2%	
II.3 Poder Judiciário	2.810,2	3.844,2	2.965,5	-878,7	-22,9%	155,3	5,5%	
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	39,2	52,1	44,7	-7,4	-14,1%	5,5	13,9%	
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	92,7	121,9	0,0	-121,9	-100,0%	-92,7	-100,0%	
II.3.3 Justiça Federal	725,6	1.066,7	769,3	-297,4	-27,9%	43,6	6,0%	
II.3.4 Justiça Militar da União	35,5	33,5	0,0	-33,5	-100,0%	-35,5	-100,0%	
II.3.5 Justiça Eleitoral	458,9	585,0	495,7	-89,3	-15,3%	36,8	8,0%	
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.274,5	1.729,4	1.326,5	-402,9	-23,3%	52,0	4,1%	
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	174,4	245,1	186,0	-59,0	-24,1%	11,6	6,7%	
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,3	10,6	9,1	-1,5	-14,4%	-0,3	-3,0%	
II.4. Defensoria Pública da União	41,1	53,5	40,6	-12,9	-24,1%	-0,5	-1,3%	
II.5 Ministério Público da União	412,6	610,6	439,2	-171,4	-28,1%	26,6	6,4%	
II.5.1 Ministério Público da União	407,6	605,5	434,0	-171,5	-28,3%	26,4	6,5%	
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,9	5,1	5,2	0,1	1,3%	0,2	4,8%	

**Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes**

Discriminação	2017 Jan-Fev	2018 Jan-Fev	Diferença Jan-Fev/17 Jan-Fev/16	Variação (%)
I. DESPESA TOTAL	237.664,6	246.999,6	9.335,0	3,9%
I.1 Poder Executivo	228.643,1	237.234,7	8.591,6	3,8%
I.2 Poder Legislativo	1.708,9	1.805,1	96,2	5,6%
I.2.1 Câmara dos Deputados	811,3	885,4	74,1	9,1%
I.2.2 Senado Federal	594,8	617,4	22,6	3,8%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	302,9	302,4	-0,5	-0,2%
I.3 Poder Judiciário	6.247,4	6.816,0	568,6	9,1%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	87,5	96,8	9,2	10,6%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	201,6	218,2	16,6	8,2%
I.3.3 Justiça Federal	1.711,3	1.836,0	124,7	7,3%
I.3.4 Justiça Militar da União	68,3	71,8	3,5	5,1%
I.3.5 Justiça Eleitoral	1.014,0	1.086,4	72,4	7,1%
I.3.6 Justiça do Trabalho	2.741,6	3.056,0	314,4	11,5%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	404,5	431,1	26,6	6,6%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	18,5	19,7	1,1	6,2%
I.4. Defensoria Pública da União	91,4	94,0	2,6	2,9%
I.5 Ministério Público da União	973,7	1.049,7	76,0	7,8%
I.5.1 Ministério Público da União	964,0	1.039,5	75,5	7,8%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	9,7	10,3	0,5	5,6%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	189.615,3	194.442,8	4.827,5	2,5%
II.1 Poder Executivo	180.643,3	184.684,2	4.040,9	2,2%
II.2 Poder Legislativo	1.699,9	1.805,1	105,2	6,2%
II.2.1 Câmara dos Deputados	802,3	885,4	83,1	10,4%
II.2.2 Senado Federal	594,8	617,4	22,6	3,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	302,9	302,4	-0,5	-0,2%
II.3 Poder Judiciário	6.206,9	6.809,7	602,8	9,7%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	87,5	96,8	9,3	10,6%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	201,5	217,7	16,2	8,0%
II.3.3 Justiça Federal	1.708,4	1.836,0	127,5	7,5%
II.3.4 Justiça Militar da União	68,3	71,8	3,5	5,1%
II.3.5 Justiça Eleitoral	991,8	1.080,7	88,9	9,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	2.726,5	3.055,9	329,4	12,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	404,2	431,1	26,9	6,7%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	18,5	19,7	1,1	6,2%
II.4. Defensoria Pública da União	91,4	94,0	2,6	2,9%
II.5 Ministério Público da União	973,7	1.049,7	76,0	7,8%
II.5.1 Ministério Público da União	964,0	1.039,5	75,5	7,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	9,7	10,3	0,5	5,6%

Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em fevereiro de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 30,7% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 16,5 bilhões, ante R\$ 12,6 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

Origens							R\$ Milhões		
	2017			2018			Variação Nominal		
	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Fev/18 Jan/18	Fev/18 Fev/17	Até Fev/18 Fev/17
FPM	6.094,9	7.813,5	13.908,4	6.463,5	8.449,8	14.913,4	30,7%	8,1%	7,2%
FPE	5.823,3	7.466,2	13.289,6	6.176,2	8.074,3	14.250,5	30,7%	8,1%	7,2%
IPI - Exp	283,9	312,1	596,0	392,2	400,1	792,3	2,0%	28,2%	32,9%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%). Os valores de dezembro incluem o FPM 1%

Obs 2.:Na variação do FPM de janeiro sobre o mês anterior, foram considerados para o mês de dezembro o repasse ordinário somado ao FPM 1% - EC55/2007

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Fevereiro	28,3%	30,7%	28,3%	30,7%	-2,8%	2,0%

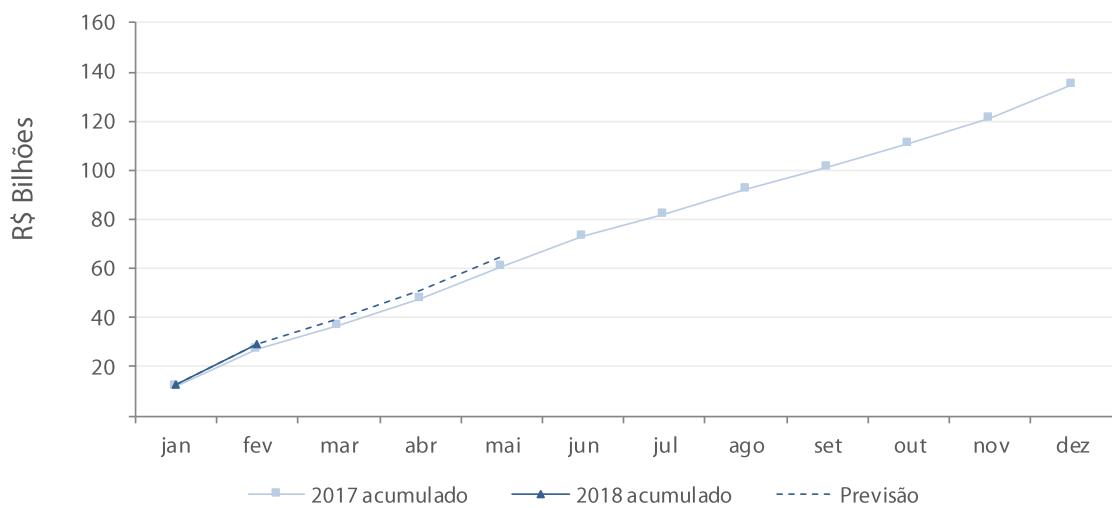
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .

Estimativa Trimestral

	FUNDOS	Março	Abril	Maio
	FPM	-38,6%	16,0%	17,0%
	FPE	-38,6%	16,0%	17,0%
	IPI - EXP	-18,3%	4,0%	9,0%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)

Sazonalidade Anual (FPM e FPE)


Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2018 a 20/02/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
JAN/3º DEC	3.613,4	30.393,1	34.006,5	FEV/1º DEC	5.849,1	6.121,2	289,1	12.259,4
FEV/1º DEC	896,0	1.923,3	2.819,3	FEV/2º DEC	484,9	507,5	71,7	1.064,1
FEV/2º DEC	491,9	9.625,7	10.117,7	FEV/3º DEC	1.740,2	1.821,2	39,4	3.600,8
TOTAL	5.001,4	41.942,1	46.943,5	TOTAL	8.074,3	8.449,8	400,1	16.924,2

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrencia de Classificação por Estimativa. Não ocorrencia de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	R\$ Mil IPI-Exp
Acre	AC	45.413,1	280.351,3	30,1
Alagoas	AL	192.060,1	340.389,1	899,9
Amazonas	AM	136.779,4	239.401,6	1.869,5
Amapá	AP	33.462,4	276.521,2	651,8
Bahia	BA	776.765,6	751.058,2	17.196,5
Ceará	CE	420.427,3	585.496,1	3.776,9
Distrito Federal	DF	14.562,4	55.431,7	510,5
Espírito Santo	ES	151.003,7	128.058,9	16.206,1
Goiás	GO	310.158,4	232.430,8	9.389,4
Maranhão	MA	355.418,6	578.235,7	4.617,1
Minas Gerais	MG	1.109.923,3	363.919,1	49.692,8
Mato Grosso do Sul	MS	124.082,7	109.094,8	7.294,7
Mato Grosso do Sul	MT	154.321,4	186.423,1	5.587,3
Pará	PA	297.110,7	495.451,5	23.981,2
Paraíba	PB	265.516,9	383.837,6	343,1
Pernambuco	PE	416.077,9	551.612,2	5.636,8
Piauí	PI	224.825,9	348.700,7	105,9
Paraná	PR	571.054,0	229.434,9	37.958,2
Rio de Janeiro	RJ	248.848,3	132.232,6	71.662,0
Rio Grande do Norte	RN	209.543,6	333.331,4	345,3
Rondônia	RO	74.879,5	231.951,9	1.185,5
Roraima	RR	42.618,9	199.981,5	17,7
Rio Grande do Sul	RS	571.776,8	182.571,9	36.609,4
Santa Catarina	SC	329.755,8	104.686,9	23.888,5
Sergipe	SE	126.492,7	330.888,2	258,5
São Paulo	SP	1.126.520,6	78.062,7	80.022,4
Tocantins	TO	120.435,5	344.731,5	375,3
TOTAL		8.449.835,3	8.074.287,0	400.112,2

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br